

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIEL PEDRO ALMEIDA MARQUES

**ENTRE A FÉ E A POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA ORTODOXA NOS
CONFLITOS DA RÚSSIA COM A GEÓRGIA E A UCRÂNIA**

GOIÂNIA

2023

DANIEL PEDRO ALMEIDA MARQUES

**ENTRE A FÉ E A POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA ORTODOXA NOS
CONFLITOS DA RÚSSIA COM A GEÓRGIA E A UCRÂNIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA
2023

Marques, Daniel Pedro Almeida. 2023.

Entre fé e a política: a influência da Igreja Ortodoxa nos conflitos da Rússia com a Geórgia e a Ucrânia/ Daniel Pedro Almeida Marques – Goiânia, 2023.
Total de folhas: 58 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023.

1. Igreja Ortodoxa. 2. Rússia. 3. Ucrânia. 4. Geórgia. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIEL PEDRO ALMEIDA MARQUES

ENTRE A FÉ E A POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA ORTODOXA NOS CONFLITOS DA RÚSSIA COM A GEÓRGIA E A UCRÂNIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador: Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 12 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

Prof. Me. Ivan Vieira Neto (PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Prezado Prof. Dr. Danillo Alarcon,

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão pela orientação e apoio ao longo da minha jornada na elaboração desta monografia de Relações Internacionais na PUC Goiás. Sua expertise, dedicação e orientação foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Sua capacidade de transmitir conhecimento, paciência para responder minhas dúvidas e incentivo constante foram essenciais para que eu pudesse desenvolver meu potencial acadêmico. Agradeço sinceramente por sua orientação exemplar e por compartilhar sua vasta experiência na área.

Gostaria também de expressar minha gratidão aos meus queridos pais, minha mãe Lourdes de Almeida Soares e meu pai Pedro Evaldo Dias Marques. Agradeço à minha mãe por nunca desistir de mim, por sempre sonhar junto comigo e por seu apoio incondicional ao longo de toda minha trajetória acadêmica. Agradeço ao meu pai por ser um exemplo de resiliência e perseverança, e por seu constante incentivo para que eu buscasse meus objetivos.

Não poderia deixar de mencionar meu avô, Odilon Mariano, que sempre me incentivou e acreditou em meu potencial. Seu apoio e encorajamento ao longo dos anos foram fundamentais para que eu persistisse em minha jornada acadêmica.

Por fim, gostaria de agradecer à Instituição PUC Goiás por me proporcionar a oportunidade de realizar meu sonho de estudar Relações Internacionais. Agradeço por todo o suporte e pelos recursos disponibilizados ao longo deste percurso. Sinto-me honrado e grato por fazer parte dessa instituição acadêmica renomada.

Expresso minha sincera gratidão a todos os mencionados, pois sem o apoio e encorajamento de cada um de vocês, essa conquista não teria sido possível. Sou grato por todas as lições aprendidas e pelo apoio inestimável que recebi.

Atenciosamente,

Daniel Pedro Almeida Marques.

RESUMO

A Igreja Ortodoxa possui um papel histórico e culturalmente significativo na Rússia, tendo desempenhado um papel fundamental na formação da identidade e valores russos ao longo dos séculos. Sua relação próxima com o Estado e sua influência na política interna e externa do país merecem um estudo aprofundado. Além disso, a análise das igrejas ortodoxas da Geórgia e Ucrânia, assim como seus ramos, é essencial para compreendermos as dinâmicas religiosas e políticas presentes nos conflitos em questão. Nesse sentido, esta monografia tem como objetivo analisar a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa, com foco nos conflitos da Geórgia e Ucrânia. É uma pesquisa qualitativa que partirá de uma revisão da literatura sobre o papel da Igreja Ortodoxa na região com o estudo dos casos dos dois conflitos mencionados. Conclui-se que as concepções da Igreja impactaram na leitura dos conflitos bem como na própria estrutura organizativa das igrejas em cada um dos países avaliados. Conclui-se que os conflitos na Geórgia e Ucrânia destacam a importância das relações entre religião e política na construção e resolução de conflitos. Ademais, a influência das instituições religiosas nas relações internacionais não deve ser subestimada, pois elas podem atuar como catalisadoras ou mitigadoras de tensões e desentendimentos e os casos demonstram isso.

Palavras-chave: Igreja Ortodoxa; Rússia; Geórgia; Ucrânia.

ABSTRACT

The Orthodox Church holds a historically and culturally significant role in Russia, having played a fundamental part in shaping Russian identity and values over the centuries. Its close relationship with the state and its influence on both domestic and foreign policies deserve an in-depth study. Furthermore, the analysis of the Orthodox Churches in Georgia and Ukraine, as well as their branches, is essential to understanding the religious and political dynamics present in the conflicts at hand. In this regard, this dissertation aims to analyze the influence of the Orthodox Church on Russian foreign policy, with a focus on the conflicts in Georgia and Ukraine. It is qualitative research that will start with a literature review on the role of the Orthodox Church in the region, followed by a study of the cases of the two mentioned conflicts. It is concluded that the Church's conceptions have impacted the interpretation of the conflicts as well as the organizational structure of the churches in each of the evaluated countries. It is concluded that the conflicts in Georgia and Ukraine highlight the importance of the relationship between religion and politics in the construction and resolution of conflicts. The influence of religious institutions in international relations should not be underestimated, as they can act as catalysts or mitigators of tensions and misunderstandings.

Key words: Orthodox Church; Russia; Georgia; Ukraine

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLAA - Acordo de Livre Comércio Abrangente e Aprofundado

CCAN - Conselho de Cooperação do Atlântico Norte

OCG - Igreja Ortodoxa da Geórgia

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSCE - Organização para Segurança e Cooperação na Europa

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCFR - Partido Comunista da Federação Russa

PIB - Produto Interno Bruto

ROC - Igreja Ortodoxa Russa

UAOC - Igreja Ortodoxa Autocéfala da Ucrânia

UE - União Europeia

UGCC - Igreja Católica Greco-Ucraniana

UOC-KP - Igreja Ortodoxa Ortodoxa Ucraniana – Patriarcado de Kiev

UOC-MP - Igreja Ortodoxa Ucraniana – Patriarcado de Moscou

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 IGREJA ORTODOXA E A RÚSSIA DE PUTIN EM SUA REAFIRMAÇÃO INTERNACIONAL.....	11
1.1 RELIGIÃO, IGREJA ORTODOXA E POLÍTICA.....	12
1.1.1 As linhas teológicas gerais da ortodoxia cristã.....	13
1.1.2 O patriarcado de Moscou.....	18
1.1.3 A igreja ortodoxa na Geórgia.....	22
1.1.4 A igreja ortodoxa na Ucrânia.....	24
1.2 ASCENSÃO DE PUTIN E A POLÍTICA RUSSA.....	26
1.2.1 A saga expansionista da OTAN.....	28
1.2.2 A perspectiva russa de democracia em oposição à política hegemônica dos EUA....	31
2 A RELAÇÃO DA RÚSSIA COM SEU ENTORNO E OS DESÍGNIOS RELIGIOSOS.....	37
2.1 O CONFLITO COM A GEÓRGIA.....	38
2.1.1 O papel da igreja ortodoxa da Geórgia no conflito.....	40
2.1.2 O papel da igreja ortodoxa da Rússia no conflito.....	43
2.2 O CONFLITO COM A UCRÂNIA.....	45
2.2.1 O papel da igreja ortodoxa da Ucrânia no conflito.....	49
2.2.2 O papel da igreja ortodoxa da Rússia no conflito.....	51
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O papel das instituições religiosas na esfera política e internacional tem despertado um interesse crescente. A relação entre religião, política e geopolítica é um campo de estudo complexo e fascinante, especialmente em contextos em que a identidade religiosa desempenha um papel significativo na sociedade. Nesse sentido, esta monografia tem como objetivo analisar a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa, com foco nos conflitos da Geórgia e Ucrânia. É uma pesquisa qualitativa que partirá de uma revisão da literatura sobre o papel da Igreja Ortodoxa na região com o estudo dos casos dos dois conflitos mencionados. Busca-se assim responder à seguinte pergunta: qual têm sido as implicações das ramificações da Igreja Ortodoxa no contexto estudado a partir da perspectiva de poder russa?

A pesquisa acadêmica por métodos qualitativos envolverá uma revisão bibliográfica detalhada para explorar o tema ou problema de pesquisa. Essa abordagem qualitativa visa compreender fenômenos complexos, contextos sociais e significados subjacentes. A revisão bibliográfica qualitativa envolve a coleta e análise de uma variedade de fontes de informação, como artigos científicos, livros, teses, relatórios governamentais e outros materiais acadêmicos relevantes. O objetivo é reunir um conjunto abrangente de conhecimentos sobre o tema em questão. Algumas etapas desde processo investigatório se dá com a identificação do problema de pesquisa; definição dos critérios de inclusão e exclusão das fontes selecionadas; busca de literatura que atendam o objetivo do presente trabalho; triagem dos materiais com base nos critérios de inclusão e exclusão; análise dos materiais selecionados no qual julguei serem pertinentes para contribuição para elaboração do trabalho; e por fim a discussão do mesmo ao longo da análise e posteriormente a conclusão que se apresentará.

A Rússia é um país que possui uma forte identidade religiosa, onde a Igreja Ortodoxa desempenha um papel central na vida da sociedade. Com a queda da União Soviética e o ressurgimento da Rússia como uma potência global, a Igreja Ortodoxa ganhou ainda mais destaque, exercendo uma influência significativa tanto na política interna quanto na externa. Será feita uma análise da Rússia pós-Putin e sua reafirmação geopolítica internacional, buscando compreender as transformações e desafios enfrentados pelo país nessa nova fase. Além disso, examinar-se-á a ascensão de Putin ao poder desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), compreendendo os fatores que contribuíram para sua liderança e a forma como sua visão geopolítica influenciou as relações internacionais.

Nesse contexto, é relevante abordar também a saga expansionista da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde o fim da URSS e sua influência na percepção russa de democracia e hegemonia dos Estados Unidos na era George W. Bush (2001-2008). A compreensão desses elementos é fundamental para analisar as motivações da Rússia em relação aos conflitos da Geórgia e Ucrânia, e como a Igreja Ortodoxa se insere nesse contexto.

É importante ressaltar que a influência da religião na política externa não se restringe à Rússia. A relação entre religião e relações internacionais é um tema complexo e presente em diversos contextos ao redor do mundo. Nesse sentido, também examinaremos a importância da religião nas relações internacionais, a fim de compreendermos o papel desempenhado pela Igreja Ortodoxa russa e suas contrapartes georgianas e ucranianas nos conflitos em análise.

A Igreja Ortodoxa possui um papel histórico e culturalmente significativo na Rússia, tendo desempenhado um papel fundamental na formação da identidade e valores russos ao longo dos séculos. Sua relação próxima com o Estado e sua influência na política interna e externa do país merecem um estudo aprofundado. Além disso, a análise das igrejas ortodoxas da Geórgia e Ucrânia, assim como seus ramos, é essencial para compreendermos as dinâmicas religiosas e políticas presentes nos conflitos em questão.

Ao longo desta monografia, serão utilizadas fontes acadêmicas de diversos estudiosos nos temas aqui propostos. Também recorreremos a conceitos teóricos relevantes no campo das relações internacionais, a fim de compreender as implicações da influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa. Dessa forma, espera-se a contribuição para uma compreensão mais aprofundada das complexidades que envolvem a política externa russa e os conflitos da Geórgia e Ucrânia. A análise da influência da Igreja Ortodoxa nesses contextos permitirá uma visão mais abrangente das interações entre religião, política e geopolítica. Por meio desse estudo, se almeja promover o debate acadêmico e contribuir para o entendimento dos dilemas destes conflitos complexos.

No primeiro capítulo serão abordados o desenvolvimento da igreja ortodoxa com foco na Rússia, Geórgia e Ucrânia e seus respectivos patriarcados de maior relevância dada proposta do trabalho; os principais eventos da ascensão de Vladimir Putin ao poder; as consequências da expansão da OTAN para a política externa russa; democracia dentro do contexto russo. Já o segundo capítulo se propõe o aprofundamento das relações entre Igreja e Estado no manejo da política externa e atuação dela através de suas ramificações nos conflitos Rússia-Geórgia e Rússia-Ucrânia e por fim são apresentadas as conclusões do panorama entre tal interação e suas implicações no contexto regional e global. Por fim, são apresentadas as conclusões.

1 IGREJA ORTODOXA E A RÚSSIA DE PUTIN EM SUA REAFIRMAÇÃO INTERNACIONAL

A história pós-soviética da Federação Russa pode ser dividida em dois momentos distintos: governo Yeltsin dos anos 1990 e o governo Putin na virada do século. Durante a era Yeltsin, houve uma transição caótica do socialismo para o capitalismo, que levou a uma queda significativa no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, ocorreu um período relativamente aberto, com a oposição atuando com mais liberdade. Richard Sakwa (2008) e Angelo Segrillo (2014) demonstram em seus trabalhos que na era Putin, a economia russa se recuperou vigorosamente, mas houve uma maior restrição à liberdade da oposição e um enrijecimento do sistema político. A política externa também mudou, com Yeltsin buscando se aproximar do Ocidente, enquanto Putin adotou uma postura mais nacionalista e assertiva (SAKWA, 2008; SEGRILLO, 2014).

A era Putin pode ser dividida em duas fases distintas: antes e depois da crise econômica global de 2008-2009. Até 2009, a Rússia experimentou um alto crescimento econômico, o que resultou em grande popularidade e legitimidade para Putin. Após a crise econômica, houve uma desaceleração no crescimento econômico, mas a liderança conhecida de Putin ainda foi preferida em relação a uma mudança desconhecida.

A proposta deste capítulo é estudar o contexto russo. Todavia, é preciso também explorar a configuração da Igreja Ortodoxa, para que se possa posteriormente entender os conflitos da Geórgia e da Ucrânia. É importante entender as diferenças entre as tradições cristãs do Oriente e do Ocidente não como uma questão de certo ou errado, mas sim como uma questão de abordagens diferentes para a mesma realidade. Ambas as tradições têm suas próprias riquezas e desafios, e a riqueza do cristianismo reside em sua diversidade e variedade. Tal como outras vertentes religiosas, a ortodoxia cristã também é usada com fins políticos.

Antes de estudarmos a Igreja Ortodoxa em suas particularidades, a seguir será feita uma breve reflexão sobre a relação entre religião e relações internacionais, tema que tem sido cada vez mais relevante no campo acadêmico. A religião, ao longo da história, desempenhou um papel significativo nas sociedades e influenciou os processos políticos e a dinâmica das relações entre Estados. Nas últimas décadas, observa-se um ressurgimento do interesse por essa relação complexa, com estudiosos buscando entender o impacto da religião nas tomadas de decisões políticas no âmbito internacional. Faz-se necessária a proposição de uma análise teórica dessa relação, explorando como as crenças religiosas e os atores religiosos afetam a política global,

examinando os desafios, as oportunidades e as dinâmicas resultantes da interação entre religião e relações internacionais.

1.1 RELIGIÃO, IGREJA ORTODOXA E POLÍTICA

Ao examinar a relação entre religião e relações internacionais, é essencial considerar que as crenças religiosas transcendem as fronteiras nacionais e permeiam a esfera política, moldando agendas, influenciando tomadas de decisões e, em alguns casos, gerando conflitos. A compreensão da influência da religião nas relações internacionais é crucial para uma análise abrangente dos atores e fatores que moldam a política global contemporânea. A religião não apenas molda a identidade cultural e individual, mas também desempenha um papel na formulação de políticas, nos processos de construção da paz, na diplomacia religiosa e em questões éticas e morais globais. Portanto, esta análise tem como um dos seus objetivos explorar algumas teorias e abordagens que explicam a relação entre religião e relações internacionais, identificar os mecanismos pelos quais a religião influencia as tomadas de decisões políticas e analisar os desafios e implicações dessa dinâmica complexa.

De acordo com Zeev Maoz e Errol A. Henderson (2020), a religião desempenha um papel fundamental na identidade cultural dos estados, influenciando tanto a política interna quanto o comportamento na arena internacional. Embora outros fatores também moldem o comportamento e a política dos estados, a cultura, especialmente os aspectos religiosos, deve ser considerada ao analisar a política mundial. No entanto, o impacto desses fatores nas relações entre os estados depende da capacidade e disposição das elites políticas de mobilizar a religião como estratégia de apoio (MAOZ; HENDERSON, 2020).

Contrariando a tese popular do "choque de civilizações"¹, tais autores não encontraram evidências de que a era pós-Guerra Fria seja caracterizada por uma luta entre civilizações marcada por fatores religiosos. Na verdade, os conflitos dentro das religiões são tão ou mais comuns do que os conflitos entre religiões – este aspecto intrarreligioso será abordado com ênfase ao longo do presente trabalho. Além disso, segundo Maoz e Henderson (2020), os fatores religiosos foram mais ativos durante a Guerra Fria do que na era pós-Guerra Fria.

De acordo com Pedro Gustavo Cavalcanti Soares (2012), o avanço triunfal da ciência e da tecnologia, juntamente com o domínio do ateísmo metodológico, resultou em uma sociedade

¹ "O Choque de Civilizações" foi proposto pelo cientista político Samuel Huntington em seu livro de 1996. Para ele os principais conflitos no mundo pós-Guerra Fria serão resultado das divisões culturais e religiosas entre diferentes civilizações.

em que a religião foi ignorada na construção do conhecimento científico. No entanto, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o debate entre os aspectos religiosos e políticos ganhou destaque, alterando a visão dos internacionalistas em relação à religião. Contrariando a percepção de secularização crescente, a religião ressurgiu na arena global durante a primeira década do século XXI (SOARES, 2012).

Nesse contexto, a compreensão dos eventos internacionais atuais, como os conflitos político-religiosos que se tornaram questões internacionais, o papel crescente de atores religiosos estatais e não estatais em âmbito nacional, bem como o terrorismo praticado por organizações religiosas extremistas, tem levado teóricos internacionalistas a analisar a religião em relação aos paradigmas das teorias das relações internacionais (SOARES, 2012). Soares (2012) reforça que essas teorias não são meros conjuntos de ideias, mas evoluem com base em diferentes correntes filosóficas e conceitos provenientes das ciências sociais. Diferenciando-se de outras teorias sociais, as teorias das relações internacionais possuem uma ontologia própria e desenvolvem conceitos que são essenciais para a compreensão dos fenômenos analisados pelos estudiosos do campo.

Em suma, a análise realizada com base nas pesquisas de Maoz, Henderson (2020) e Soares (2012) evidencia que a religião desempenha um papel significativo na política e no comportamento dos estados. Embora não seja o único fator determinante, a cultura religiosa influencia a identidade, as afinidades e as inimizades entre as nações. Baseando na análise realizada, conclui-se que o ressurgimento da religião na arena internacional, contrariando as expectativas de secularização crescente, trouxe à tona a necessidade de incorporar a religião como um elemento importante na análise das relações internacionais.

No entanto, é fundamental destacar que o impacto desses fatores nas relações internacionais depende da capacidade e disposição das elites políticas em utilizar a religião como estratégia de mobilização, especialmente em situações de conflito potencial ou real. Contrariando teses populares, como o choque de civilizações, constata-se que conflitos intrarreligiosos são tão ou mais comuns do que conflitos inter-religiosos. A própria ortodoxia vem de disputas assim, que serão estudadas a seguir.

1.1.1 As linhas teológicas gerais da ortodoxia cristã

O desenvolvimento do Cristianismo Oriental foi influenciado por fatores muito distintos daqueles que construíram o cristianismo ocidental. Para Jean Meyendorff (1996), não é

necessário julgar a história de forma positiva ou negativa, mas é evidente que ambos os lados do mundo cristão medieval compartilham a responsabilidade pelo gradual afastamento um do outro. Esta distância entre as duas tradições cristãs é muitas vezes a verdadeira causa das diferenças doutrinárias atuais, que originalmente não eram mais do que diferentes abordagens e conjuntos de referências, e apenas mais tarde se tornaram dogmas mutuamente excludentes.

O Cisma do Oriente, que ocorreu no ano de 1054, dividiu a Igreja Cristã em duas partes: a Igreja Católica Romana, no Ocidente, e a Igreja Ortodoxa, no Oriente. A partir desse momento, o mundo cristão medieval tornou-se gradativamente distante e estranho para ambos os lados. É fundamental ressaltar que a Igreja Ortodoxa se manteve separada do Ocidente não apenas por barreiras psicológicas e espirituais, mas também físicas e políticas (MEYENDORFF, 1996). Constantinopla, seu grande centro intelectual, caiu nas mãos dos turcos em 1453, e grande parte dos cristãos ortodoxos no Oriente Médio e nos Bálcãs ficaram impedidos por séculos de manter um sistema educacional ou uma tradição intelectual. A Rússia só se tornaria um centro cultural independente ou líder no século XIX. A fé foi, portanto, preservada na liturgia, nos mosteiros e na piedade popular.

As diferenças teológicas entre as tradições cristãs do Oriente e do Ocidente são profundas e remontam a séculos de divergências que surgiram no contexto de debates teológicos, filosóficos e políticos. Um dos pontos fundamentais de desacordo entre as duas tradições é a questão da salvação, que se baseia em visões muito diferentes sobre a natureza humana e o relacionamento entre Deus e o homem (MEYENDORFF, 1996).

No Ocidente, a doutrina da justificação pela graça, desenvolvida por Santo Agostinho, estabeleceu o quadro para controvérsias futuras e se tornou um pilar da teologia cristã ocidental. A visão ocidental da salvação se concentra na ideia de que a humanidade é pecadora e está em um estado de separação de Deus, e que a salvação é alcançada através da justificação pela fé, que é concedida por Deus em virtude do sacrifício de Jesus na cruz. A influência de figuras como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino no pensamento teológico ocidental foi significativa e moldou a compreensão de questões fundamentais, como a natureza do pecado original e a salvação. Essas ideias foram, em parte, responsáveis pela reforma protestante, que rejeitou a ideia de mérito e enfatizou a salvação pela fé somente. Por outro lado, a tradição ortodoxa tem uma visão diferente dessas questões, enfatizando a participação orgânica do ser humano na vida de Deus e interpretando a salvação como a restauração da comunhão perdida com Deus, resultando em santificação e divinização (MEYENDORFF, 1996).

Essas diferenças fundamentais de visão se manifestam em muitas áreas da teologia e da espiritualidade cristãs. Por exemplo, enquanto a tradição ocidental tem uma forte ênfase na doutrina da Trindade, a tradição oriental coloca mais ênfase na unidade e simplicidade divinas. Além disso, a tradição oriental tem uma forte tradição de misticismo e contemplação, que enfatiza a união direta e pessoal com Deus, enquanto a tradição ocidental tem sido mais influenciada pela filosofia grega e pelas escolas de teologia racional (MEYENDORFF, 1996).

A riqueza excepcional da tradição litúrgica e hino gráfico bizantina, que em si mesma era uma escola de teologia e que usava línguas compreendidas pelo povo, pode explicar sozinha como a fé cristã se manteve no Oriente durante este período obscuro. Através dessas práticas litúrgicas, a Igreja Ortodoxa foi capaz de manter-se fiel à sua teologia e espiritualidade, apesar da separação física e intelectual do Ocidente (MEYENDORFF, 1996).

A história da Igreja Ortodoxa tem sido marcada por eventos externos significativos, como as conquistas muçulmanas e a Revolução de Outubro na Rússia. No entanto, esses eventos não conseguiram quebrar a continuidade interna da Igreja Ortodoxa, que se mantém fiel às suas tradições e doutrinas antigas.

A organização da Igreja Ortodoxa através de sua tradição conservadora em seu sentido de imutabilidade é fundamentada em pilares que regem toda a estética da Igreja. Esses pilares são discriminados segundo Timothy Ware (1997) como norteadores de toda tradição ortodoxa. Em primeira instância o autor aborda a relação entre a Bíblia e a Igreja na tradição cristã ortodoxa. A Ortodoxia considera a Bíblia como a suprema expressão da revelação de Deus à humanidade e os cristãos devem ser "Povo do Livro", ou seja, devem se basear na Bíblia para orientar suas vidas (WARE, 1997). No entanto, a Bíblia não deve ser vista como algo independente da Igreja, mas sim como algo que vive e é compreendido dentro da Igreja. A Igreja, por sua vez, é responsável por interpretar a Bíblia com autoridade, pois foi ela quem originalmente decidiu quais livros fazem parte da Sagrada Escritura. Os ortodoxos, ao lerem a Bíblia, aceitam a orientação da Igreja para evitar erros de interpretação. Quando uma pessoa é recebida na Igreja Ortodoxa, ela promete aceitar e compreender a Bíblia de acordo com a interpretação mantida pela Igreja. O autor também destaca a importância da relação entre a Bíblia e a Igreja na tradição cristã ortodoxa e como essa relação é fundamental para a compreensão correta da Palavra de Deus (WARE, 1997).

A segunda doutrina da estrutura Ortodoxa segundo o autor, é estabelecida através dos sete grandes concílios ecumênicos e o instituto do credo. Ware (1997) elucida sobre a autoridade das definições doutrinárias dos Concílios Ecumênicos na Igreja Ortodoxa. Segundo

a visão ortodoxa, as declarações de fé feitas pelos sete concílios possuem, junto com a Bíblia, uma autoridade duradoura e irrevogável. O Credo Niceno-Constantinopolitano é considerado a mais importante das declarações de fé ecumênicas e é recitado ou cantado em cada celebração da Eucaristia. Outros dois credos utilizados no ocidente, o Credo dos Apóstolos e o "Credo de Atanásio", não possuem a mesma autoridade do Credo Niceno segundo a tradição ortodoxa pois não foram proclamados em um Concílio Ecumênico. A Igreja Ortodoxa honra o Credo dos Apóstolos como uma antiga declaração de fé e aceita todo o seu ensinamento, mas é simplesmente um credo batismal ocidental local, nunca utilizado nos serviços dos patriarcados orientais. O "Credo de Atanásio" também não é usado no culto ortodoxo (WARE, 1997).

Os concílios posteriores aos grande sete predecessores ecumênicos, dão forma à doutrina e à organização Ortodoxa. De acordo com o Ware (1997), a Igreja Ortodoxa continuou a formular sua doutrina após o sétimo Concílio Ecumênico, através de definições de conselhos locais e declarações de fé emitidas por bispos individuais. Ele destaca que as decisões doutrinárias dos Concílios Gerais são consideradas infalíveis, mas as decisões dos conselhos locais ou dos bispos de forma individuais estão sujeitas a erros. No entanto, se essas decisões forem aceitas pelo resto da Igreja, elas podem adquirir autoridade ecumênica, ou seja, uma autoridade universal semelhante àquela possuída pelas declarações doutrinárias de um Concílio Ecumênico. Também se observa que as decisões doutrinárias de um Concílio Ecumênico não podem ser revisadas ou corrigidas, mas a Igreja muitas vezes seleciona quais partes das decisões de conselhos locais devem ser aceitas ou corrigidas.

Em sequência aos institutos dos concílios e dos conselhos, os escritos e dogmas dos padres predecessores (ocidentais) desenvolveram papel primordial para a coesão da doutrina ortodoxa e assim para sua estrutura como instituição eclesial, sendo então o quarto pilar da estrutura ortodoxa. Ware (1997) pontua sobre a importância dos escritos dos padres da Igreja na Ortodoxia, mas também alerta que nem tudo o que eles escreveram é considerado válido pela Igreja. Assim como as decisões dos Concílios Locais são sujeitas à revisão pela Igreja, os escritos dos Papas também devem ser examinados cuidadosamente para separar o que é verdadeiro do que não é. A Igreja Ortodoxa não tem uma definição clara de quem são os padres da Igreja ou uma hierarquia específica entre eles, mas ela tem um grande respeito pelos escritos dos Padres do século IV, especialmente pelos "Três Grandes Hierarcas": Basílio, o Grande, Gregório de Nazianzo (conhecido como Gregório, o Teólogo) e João Crisóstomo (WARE, 1997). A Ortodoxia também reconhece outros escritores posteriores como Padres da Igreja, e

ênfatiza que a Igreja nunca deve considerar a era dos Padres (antes da cisma) como algo do passado, mas sim como uma fonte viva e contemporânea de inspiraço.

O instituto da liturgia se desenvolve como objeto delimitador da doutrina ortodoxa e sua característica dogmática, este é o quinto pilar da estrutura da Igreja como descreve Ware (1997). A Igreja Ortodoxa não costuma fazer definições dogmáticas formais como a Igreja Católica Romana. Isso não significa, porém, que certas crenças não façam parte da Tradição Ortodoxa, apenas porque não foram formalmente proclamadas como dogmas. Algumas doutrinas nunca foram definidas formalmente, mas ainda assim são mantidas pela Igreja com uma convicção interna inconfundível, uma unanimidade serena, que é tão obrigatória quanto uma formulação explícita (WARE, 1997).

O sexto e penúltimo instituto da estrutura ortodoxa é o direito canônico. O autor aborda a importância dos cânones da Igreja Ortodoxa, que tratam da organização e disciplina da igreja. Além disso, destaca que muitos desses cânones são de grande rigor e, embora muitos deles tenham caído em desuso, eles ainda são uma parte importante da tradição sagrada. Embora os cânones sejam diferentes das definições doutrinárias dos concílios ecumênicos, existe uma conexão essencial entre eles. Enquanto as definições doutrinárias lidam com verdades eternas, os cânones tratam da aplicação prática dessas verdades na vida cotidiana dos cristãos. Portanto, em um sentido relativo, os cânones fazem parte da tradição sagrada. Ware (1997) também destaca que a lei canônica da Igreja Ortodoxa é pouco estudada no ocidente e muitas vezes é erroneamente vista como uma organização com poucas regulamentações. No entanto, a vida ortodoxa é governada por muitas regras, e a lei canônica é uma tentativa de aplicar a doutrina nas situações práticas da vida diária. O autor sugere que a revisão e a clarificação da lei canônica podem ser uma das principais tarefas de um novo concílio geral da igreja, especialmente porque muitos dos cânones são difíceis ou impossíveis de serem aplicados na atualidade.

O sétimo e último instituto da tradição e estrutura ortodoxa se dá na forma dos ícones e gestos como ferramenta da expressão da fé e vida eclesial. Ware (1997) ênfatiza que a tradição da Igreja Ortodoxa é expressa não apenas em palavras, mas também em ações, gestos e arte - especificamente, nas sagradas imagens chamadas de ícones. Os ícones são mais do que simplesmente imagens religiosas; eles são uma das maneiras pelas quais Deus se revela aos cristãos ortodoxos. Portanto, a arte dos ícones não é apenas uma expressão pessoal do artista, mas deve refletir a mente da Igreja e estar de acordo com as regras prescritas para sua criação.

Além disso, a tradição e estrutura ortodoxa não deve ser dividida em compartimentos separados, como teologia, misticismo, espiritualidade, regras morais, culto e arte. Esses

elementos estão interligados e juntos formam um todo indivisível, cada parte sendo entendida à luz das outras. Por fim, se faz necessário destacar que a tradição ortodoxa se baseia no amor a Deus e ao próximo, e que a verdadeira compreensão da doutrina só pode ser alcançada por meio da oração, da vivência e da ação. Em outras palavras, a Tradição não é apenas uma questão de conhecimento intelectual, mas também de experiência pessoal e prática da fé (WARE, 1997).

1.1.2 O patriarcado de Moscou

Segundo Anastasia V. Mitrofanova (2020) e o autor John Anthony McGuckin (2008), a Igreja Ortodoxa Russa (ROC, inglês de *Russian Orthodox Church*) faz parte da família das Igrejas Ortodoxas Orientais. Seus seguidores afirmam que Jesus Cristo é o fundador, mas cada uma das igrejas locais possui sua própria história. A história da Igreja Ortodoxa Russa começou com a criação de um Patriarcado de Moscou soberano (autocéfalo). Acredita-se que o icônico Grão-Príncipe Vladimir de Kiev plantou o cristianismo ortodoxo na Rússia em 988 d.C., juntamente com sua avó Olga, que teria sido batizada em 957 d.C. Com o apoio de Vladimir, o Metropolitano² de Kiev foi estabelecido. No entanto, os primeiros metropolitas, geralmente de origem grega, assim como o Santo Crisma, eram enviados de Constantinopla (MITROFANOVA, 2020; MCGUCKIN, 2008).

A transferência do Metropolitano de Kiev para a cidade de Vladimir e posteriormente para Moscou, por volta de 1300, ocorreu em grande parte devido ao convite dos mongóis. Essa mudança foi seguida pela nomeação do metropolita Isidor, em 1441, que foi banido por ter assinado a União de Florença³ com os católicos romanos. O próximo metropolita, Iona, foi

² Segundo o autor John Anthony McGuckin (2008, p. 30, tradução nossa): A organização jurisdicional da Igreja Ortodoxa, então, deriva do princípio das igrejas locais reunidas sob seus bispos, organizadas em maiores sínodos provinciais metropolitanos, e isso eventualmente culmina na expressão da antiga pentarquia dos patriarcados, que se sentiam como uma expressão 'internacional' de diferentes culturas cristãs em harmonia com o todo.

³ Segundo John Anthony McGuckin (2008, p. 17-18, tradução nossa): “Após Niceia em 325, houve uma série de grandes concílios que receberam status ecumênico em retrospecto. Um concílio muitas vezes pode ser convocado com a intenção de ter significado ecumênico, mas pode ser rejeitado pelo sentimento geral dos fiéis ao longo do tempo. Em tais casos, os ortodoxos consideram esses concílios como nunca tendo tido o carisma espiritual para assumir o papel de autoridade vinculante para a igreja como um todo e, como tal, não merecem o título de "ecumênico". Um exemplo claro desse fracasso foi a tentativa de reunificação da igreja iniciada pelos imperadores bizantinos no século XV. O Concílio de Florença (1438-9) é considerado pela Igreja Latina como tendo significado ecumênico; no entanto, quando os delegados ortodoxos voltaram para casa em Bizâncio, o sentimento geral do povo rejeitou sua proclamação de união com Roma, e por isso esse concílio não é listado como autêntico nos anais da Ortodoxia. O que está em questão aqui é o conceito muito importante da consciência da igreja como um todo; o que é conhecido no Ocidente como "sensus fidelium". Não há dúvida de que é o Concílio de Niceia e sua exposição credal da fé ortodoxa que ocupam um lugar de destaque na Ortodoxia. O concílio afirmou a plena e coigual divindade da Palavra de Deus, pessoalmente encarnada no Senhor Jesus. Ele se opôs ao aqui-herage Ário, que argumentava que Jesus era uma criatura e a Palavra de Deus era apenas um ser angelical elevado, não possuindo divindade, exceto de forma nominal. A fé nicena é a afirmação de que, em Cristo, Deus veio

eleito em 1448 pelo conselho dos bispos russos, sendo o último a utilizar o título de "Metropolitano de Kiev". Em 1589, o Patriarca de Constantinopla nomeou o Metropolita Iov como Patriarca de Moscou, sendo reconhecido pelos outros patriarcas em 1590. Nesse momento, seu nome foi inscrito nos *diptychs*⁴ como o quinto Patriarca. No entanto, em 1654, o Patriarca Nikon iniciou uma reforma dos textos litúrgicos e rituais, que incluía mudanças como fazer o sinal da cruz com três dedos em vez de dois. Essa reforma resultou na cisma dos Velhos Crentes, que persiste até os dias de hoje (MCGUCKIN, 2008; MITROFANOVA, 2020).

Em 1721, duas décadas após a morte do Patriarca Nikon, a Regulação Espiritual entrou em vigor, estabelecendo que a Igreja Russa era governada colegialmente pelo Santo Sínodo, sob a supervisão de um funcionário estatal chamado "Procurador-Chefe". Embora o Sínodo possuísse poder patriarcal, estava subordinado às autoridades do império. Na verdade, o Imperador da Rússia se tornou o chefe administrativo da igreja. Pedro, o Grande, também iniciou a primeira etapa de secularização do patrimônio eclesiástico (terra e servos), reduzindo o número de sacerdotes e rebaixando alguns deles a servos (MITROFANOVA, 2020).

Torna-se destacar a relação próxima entre os patriarcas de Moscou e os czares, especialmente durante o reinado de Philaret e seu filho Michael, que iniciou a dinastia Romanov, que perdurou até o início do século XX. Essa relação próxima entre a Igreja e o Estado é um tema recorrente na história russa e indica a forte influência da Igreja na política e sociedade russa (MITROFANOVA, 2020).

Vale ressaltar o papel do procurador-chefe como o verdadeiro poder por trás do Sínodo, evidenciando que a Igreja russa havia se transformado em um comitê de serviço civil controlado pela monarquia. Além disso, os bispos e o clero local atuavam não apenas como pastores, mas também como funcionários estatais, o que indica que a Igreja estava cada vez mais subordinada ao Estado e sua política centralizadora como destaca Johan Anthony Macgucking (2008, p. 48-49, tradução nossa):

As relações entre os patriarcas de Moscou e os czares sempre foram extremamente próximas. [...] No tempo de Pedro, o Grande, no entanto, o patriarca Adrian resistiu a muitas das estratégias reformistas e europeizantes do czar e, como resultado, após a morte de Adrian em 1700, Pedro aboliu o cargo de patriarca, restaurando a Igreja Russa a uma forma sinodal de governo.

pessoalmente nos salvar. É o pilar que sustenta o teto da sagrada tradição ortodoxa. São Alexandre de Alexandria e seu diácono (e sucessor) São Atanásio de Alexandria, juntamente com o Bispo Hosius de Córdoba, foram os líderes ortodoxos (gregos e latinos) da causa nicena. Os extensos cânones do concílio também estabelecem padrões de governança da igreja em termos da organização das sés, reuniões provinciais de sínodos e a precedência a ser mantida em questões de apelação pelas maiores sés capitais”.

⁴ Listas de bispos a serem comemorados durante a Liturgia.

Ou seja, quando essas relações não eram próximas, havia intervenção. Durante o período comunista na Rússia, a Igreja Ortodoxa enfrentou sérias restrições à sua liberdade e prática religiosa. Conforme apontado por McGuckin (2008), o governo bolchevique promulgou legislação antirreligiosa que proibia o trabalho evangelístico e catequético, além de confiscar propriedades eclesiais. A partir de 1917, a separação entre igreja e estado foi estabelecida, e qualquer forma de instrução religiosa aos cidadãos foi proibida. A perseguição se intensificou, resultando na execução de vinte e oito bispos russos e 1.400 padres até 1923.

A implementação dessas políticas antirreligiosas teve impactos devastadores na Igreja Ortodoxa Russa. Milhares de clérigos e leigos foram enviados para campos de trabalho, muitos dos quais não retornaram. As igrejas foram desapropriadas e transformadas em museus ou cinemas, enquanto relíquias sagradas, ícones e paramentos foram destruídos. A venda de itens religiosos se tornou comum, o que levou à comercialização de arte icônica a preços baixos no mercado ocidental. Essas ações sacrílegas só foram reconhecidas em sua plenitude após um tempo considerável (MCGUCKIN, 2008).

A Igreja Ortodoxa Russa resistiu com determinação à perseguição comunista. Apesar das restrições e violência enfrentadas, a vida religiosa persistiu, com a presença ortodoxa nas divinas liturgias superando a frequência observada nas igrejas europeias. A resiliência da igreja e o sofrimento suportado durante o período comunista deixaram um legado profundo na história da Rússia e na luta pela liberdade religiosa (MCGUCKIN, 2008).

A relação entre o Estado soviético e a igreja foi marcada por uma mudança significativa em 1988, durante a celebração do Milênio do Batismo da Rússia. Segundo Mitrofanova (2020), nesse período, a igreja começou a recuperar muitos de seus bens históricos, como igrejas, mosteiros e relíquias. Além disso, a promulgação da Lei da Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas, em 1990, conferiu à igreja uma personalidade jurídica plena. Essa mudança repentina na atitude estatal evidenciou uma maior tolerância em relação à igreja e marcou o início de uma nova fase nas relações entre o Estado e a religião na Rússia.

A democratização e o colapso da União Soviética tiveram consequências significativas para a igreja ortodoxa russa. Conforme mencionado por Mitrofanova (2020), o Estatuto de 1988 definiu a igreja como "multinacional", e posteriormente, a igreja concedeu autonomia total ou parcial às dioceses nos estados que se tornaram independentes. Essa descentralização da igreja permitiu uma maior autonomia e influência local, mas também abriu espaço para o surgimento de novas jurisdições. Um exemplo desse processo foi a proclamação da autonomia unilateral

da Igreja Ortodoxa da Ucrânia em 2018, que foi reconhecida pelo Patriarcado de Constantinopla e por algumas outras igrejas irmãs.

Essas mudanças nas relações entre o Estado e a igreja ortodoxa russa refletem um cenário dinâmico e complexo no contexto religioso do país. A promulgação da Lei da Liberdade de Consciência e Organizações Religiosas em 1990 demonstrou uma maior tolerância estatal em relação à religião, permitindo que a igreja recuperasse seu status jurídico pleno. Ao mesmo tempo, a descentralização da igreja, concedendo autonomia às dioceses nos estados recém-independentes, revela a influência dos processos políticos e sociais, como a democratização e o colapso da URSS. Essas mudanças também abriram espaço para o surgimento de novas jurisdições, como a Igreja Ortodoxa da Ucrânia, evidenciando a complexidade e a diversidade do cenário religioso atual na Rússia.

É importante ressaltar que as transformações ocorridas nas relações entre o Estado soviético e a igreja ortodoxa russa refletem uma dinâmica histórica e social específica. Conforme analisado por Mitrofanova (2020), essas mudanças são resultado de um processo mais amplo de democratização e reconfiguração política no contexto do colapso da União Soviética. A compreensão dessas transformações e seu impacto na igreja ortodoxa russa contribui para uma melhor compreensão da história religiosa e social da Rússia contemporânea.

No contexto da política externa russa, a colaboração entre a Igreja Ortodoxa Russa e o governo da Federação Russa desempenha um papel significativo, tanto na projeção de *soft power* quanto na busca por legitimidade. Autores como Alar Kilp e Jerry G. Pankhurst (2022) destacam a liderança moral exercida pela ROC, que se traduz em ações estratégicas para fortalecer a influência russa no cenário internacional. Por exemplo, a ROC tem apoiado cristãos em regiões conturbadas do Oriente Médio, o que não apenas contribui para a proteção dessas comunidades, mas também gera simpatia e apoio para a política externa russa. Além disso, a Igreja tem se posicionado contra questões como o casamento gay e os desfiles de orgulho gay na Europa, atuando como porta-voz de valores tradicionais e consolidando uma identidade russa fundamentada em princípios conservadores. Essas ações visam desafiar a suposta hegemonia da diversidade liberal ocidental e posicionar a Rússia como uma defensora dos "valores familiares".

Dentro desse contexto, a ROC tem buscado aliados e parceiros estratégicos para fortalecer sua influência e contribuir para a formulação da política externa russa. A Igreja tem estabelecido parcerias não apenas com grupos evangélicos conservadores, mas também com segmentos muçulmanos, unindo-se em torno de uma agenda comum de promoção de valores

tradicionais em sociedades seculares. Essa abordagem visa dessecularizar as sociedades ocidentais, as quais são consideradas por eles como tendo ido longe demais em termos de aceitação da diversidade liberal. Ao se posicionar como defensora desses valores, a ROC atua como um instrumento de *soft power* na política externa russa, influenciando debates políticos e moldando a agenda internacional (KILP; PANKHURST, 2022).

1.1.3 A igreja ortodoxa na Geórgia

A Igreja Ortodoxa Georgiana é uma das igrejas mais antigas do mundo, com uma história que remonta ao século IV. Os antigos cristãos da Geórgia eram conhecidos como iberianos, e eles se tornaram um povo distinto após migrar do Eufrates e do Tigre para a sua terra natal nas montanhas entre a Rússia e a Armênia, no sul do Cáucaso. A igreja foi fundada no século IV por Santa Nina, conhecida como "igual aos apóstolos". Houve também missões na época de Constantino, o Grande, e as tradições locais atribuem um papel fundamental ao apóstolo André. Inicialmente, a igreja esteve subordinada ao patriarcado de Antioquia (MEYENDORFF, 1996, MCGUCKIN, 2008).

A história da Igreja Ortodoxa Georgiana tem sido marcada por martírios e sofrimentos, especialmente nos últimos séculos. A Geórgia era um lugar de transições e lutas de impérios, começando com os conflitos entre os bizantinos e os persas, em cujo meio os georgianos se encontravam. A partir do século VII, a influência predominante na Igreja Ortodoxa Georgiana veio de Constantinopla, mas ela também estabeleceu sua autonomia efetiva naquele mesmo período, com um patriarca próprio como hierarca sênior. A subordinação nominal da Geórgia a Antioquia continuou até o século VIII, quando ela se tornou efetivamente autocéfala. No século XIV e no início do século XV, a Geórgia foi devastada por Tamerlão, e logo depois, pela expansão dos turcos, que tomaram o controle depois do século XVI (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

Em 1811, a Geórgia foi incorporada à Igreja Ortodoxa Russa, após o czar Alexandre I anexar todo o país à Rússia. Nessa época, o patriarca georgiano residente foi forçado a se aposentar pelo sínodo de Moscou, e eles nomearam em seu lugar um russo para atuar como exarca⁵. O uso do idioma georgiano tanto na igreja quanto no estado foi proibido, e por um século todos os exarcas eram cidadãos russos (MCGUCKIN, 2008).

⁵ Segundo McGuckin (2008), "um exarca era um termo utilizado na Igreja Ortodoxa para designar um bispo com autoridade sobre uma região ou território específico fora das fronteiras da igreja-mãe. O exarca era responsável

É fato notório que isso não encorajou relações amistosas entre os georgianos e seus opressores percebidos. Na véspera da revolução bolchevique, o czar Nicolau II emitiu um decreto de tolerância religiosa, e os hierarcas georgianos foram imprudentes o suficiente para confiar nisso. Eles enviaram um apelo formal ao trono para o status autônomo de sua igreja. O resultado foi o exílio do hierarca pró-independência que redigiu o protocolo, um revés que resultou em grande desafeto entre o povo e muitas agitações de nacionalistas georgianos.

A Igreja Ortodoxa Georgiana é uma das mais antigas igrejas cristãs do mundo, tendo sido fundada no século IV. Durante séculos, ela desempenhou um papel central na vida espiritual e cultural da Geórgia, contribuindo para a preservação da identidade nacional em meio às invasões estrangeiras e às pressões políticas. No início do século XX, a igreja passou por uma série de mudanças significativas. Após a Revolução Russa de 1917, ela afirmou seu status auto cefálico e elegeu o Bispo Kirion como seu primeiro *katholikos*⁶ restaurado. Embora Constantinopla tenha reconhecido a autocefalia em 1919, Moscou se recusou a fazê-lo, o que gerou tensões entre a igreja georgiana e a Igreja Ortodoxa Russa (MCGUCKIN, 2008).

Em 1921, a Geórgia caiu sob o controle soviético bolchevique, o que levou a igreja a enfrentar grandes desafios. Após uma resistência inicial, a hierarquia da igreja se estabeleceu em uma relação conformista com o regime comunista, o que resultou em uma longa sufocação da vida religiosa na Geórgia. No entanto, mesmo em meio à repressão, a igreja conseguiu manter a afeição do povo georgiano, que a reconhecia como uma das grandes preservadoras da identidade nacional (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

Em 1991, a Geórgia declarou sua independência política, o que abriu caminho para um renascimento da vida religiosa no país. O *katholikos* Ilya II, um líder carismático, presidiu um apelo ao retorno à fé, que ganhou destaque em 1992, quando o presidente georgiano, Shevardnadze, aceitou o batismo na catedral ortodoxa de Tbilisi. No entanto, o progresso em direção à democracia na Geórgia foi difícil e o país enfrentou grandes instabilidades políticas, guerras civis e dificuldades econômicas (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

Atualmente, a Igreja Ortodoxa Georgiana é uma das instituições mais importantes do país, composta por cerca de 600 paróquias e mais de 3 milhões de fiéis, que formam a grande maioria dos cristãos georgianos. Além disso, a presença ortodoxa armênia também é significativa, com cerca de 340 mil fiéis. A igreja continua desempenhando um papel central

por liderar e supervisionar as atividades eclesiásticas nessa região, mantendo uma certa autonomia em relação à autoridade central da igreja”.

⁶ Segundo McGuckin (2008), o termo "Katholikos" refere-se a um título utilizado em algumas tradições cristãs orientais para designar uma alta autoridade eclesiástica. Historicamente, o título de Katholikos foi associado principalmente à Igreja Apostólica Armênia e à Igreja Assíria do Oriente

na vida espiritual e cultural da Geórgia, contribuindo para a preservação da identidade nacional e da herança cultural do país (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

1.1.4 A igreja ortodoxa na Ucrânia

A Igreja Ortodoxa na Ucrânia tem em suas gênesis profunda conexão com a Igreja Ortodoxa Russa e a influência bizantina. A Ucrânia tem uma grande população ortodoxa, com mais de 27 milhões de fiéis em 3.100 paróquias ortodoxas em todo o país, representando mais da metade da população. Há também muitos ortodoxos ucranianos na diáspora, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, devido aos grandes deslocamentos da Segunda Guerra Mundial e à opressão comunista. A história registrada do cristianismo na Ucrânia remonta a mais de mil anos, com Kiev como a capital histórica dos antigos eslavos e ponto de partida para a evangelização do país. A tradição da igreja também descreve como o apóstolo André navegou pelo Mar Negro até a Crimeia e pregou o evangelho na cidade de Quersoneso (Sebastopol).

A partir daí, navegou pelo rio Dnieper, profetizando que uma grande cidade floresceria um dia em suas margens. O batismo de Vladimir, príncipe dos eslavos, em Quersoneso em 988, é considerado o início oficial do cristianismo entre os eslavos. Os deuses eslavos foram proibidos pelo príncipe, e a nova religião enraizou-se e floresceu sob o cuidado de missionários e conselheiros bizantinos (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

Um arcebispo metropolitano foi nomeado em Kiev pelo patriarca de Constantinopla, para liderar e organizar a igreja em toda a região. A influência bizantina foi profunda e fortemente marcada na natureza da ortodoxia eslava com um espírito ascético distintivo próprio. O filho de Vladimir, o príncipe Yaroslav, desenvolveu o primeiro código de leis eslavas, construiu muitas igrejas e organizou a tradução de textos religiosos bizantinos para o eslavônio eclesiástico, a língua que havia sido fundada como meio de evangelização. Yaroslav iniciou a grande catedral de Santa Sofia, que ainda é a glória da cidade de Kiev. No século XI, a Igreja Eslava estava firmemente estabelecida e o monasticismo havia enraizado de tal forma que marcava profundamente a natureza da Ortodoxia Eslava com um espírito ascético distintivo próprio (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

McGuckin (2008) destaca a relação contínua e problemática da Ucrânia com a Rússia, tanto social quanto economicamente, apesar da independência política do país desde 1991. A Ucrânia ainda é vista como uma parte da patriarquia russa e a sua experiência eclesiástica é influenciada por esta relação histórica. No entanto, o texto também destaca a importância do

renascimento da tradição monástica e ascética na Ucrânia, exemplificada pela reabertura do Mosteiro de Pechersky Lavra em Kiev e do interesse crescente em peregrinações a este local.

A ortodoxia ucraniana é composta por vários ramos distintos, cada um com sua própria tradição e liderança. O ramo mais proeminente é a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev, que se separou do Patriarcado de Moscou em 1992, após a independência da Ucrânia da União Soviética. A Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev é liderada pelo Patriarca Filaret, que foi excomungado pelo Patriarcado de Moscou em 1997. Desde então, a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev tem se esforçado para ser reconhecida como uma igreja autônoma pela comunidade ortodoxa internacional (MEYENDORFF, 1996; MCGUCKIN, 2008).

Assim como elucida Viktor Elenskii (2014), outro ramo importante é a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou, que permanece leal à liderança do Patriarcado de Moscou. Esse ramo é liderado pelo Metropolita Onufry, que foi eleito para o cargo em 2014. A Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou é a maior denominação ortodoxa da Ucrânia, com a maioria dos fiéis ortodoxos ucranianos (ELENKII, 2014). Além desses dois ramos principais, existem vários outros grupos menores, incluindo a Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucraniana, a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Constantinopla e a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Alexandria (ELENKII, 2014).

Segundo McGuckin (2008), o contexto histórico e político em que a ortodoxia ucraniana se desenvolveu. Após a independência da Ucrânia em 1991, houve uma disputa sobre se a Igreja Ortodoxa Ucraniana deveria permanecer sob a liderança do Patriarcado de Moscou ou se deveria se tornar autônoma. O ramo da Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev foi criado em resposta a essa disputa, enquanto o ramo da Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou permaneceu leal à liderança russa.

Em conclusão, a relação da Ucrânia com a Rússia continua a desempenhar um papel significativo na experiência eclesial do país. Embora a independência política tenha sido alcançada em 1991, a influência da patriarquia russa ainda é forte na Ucrânia. No entanto, é importante notar o renascimento da tradição monástica e ascética no país, simbolizado pela reabertura do Mosteiro de Pechersky Lavra em Kiev e pelo crescente interesse em peregrinações a esse local.

A ortodoxia ucraniana é composta por diversos ramos, sendo o mais proeminente a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev, que se separou do Patriarcado de Moscou em 1992. Enquanto a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Kiev busca o

reconhecimento internacional como uma igreja autônoma, a Igreja Ortodoxa Ucraniana do Patriarcado de Moscou permanece fiel à liderança russa. Além desses dois ramos principais, existem outras denominações ortodoxas menores presentes na Ucrânia.

O contexto histórico e político desempenha um papel fundamental na compreensão do desenvolvimento da ortodoxia ucraniana. A disputa sobre a liderança da Igreja Ortodoxa Ucraniana após a independência do país resultou na criação dos ramos do Patriarcado de Kiev e do Patriarcado de Moscou. Essa divisão reflete as tensões e as diferentes visões sobre a autonomia e a identidade eclesiástica da Ucrânia.

Em suma, a complexa relação da Ucrânia com a Rússia continua a influenciar o panorama religioso do país, especialmente no que diz respeito à ortodoxia. Os ramos distintos da ortodoxia ucraniana refletem não apenas as diferentes tradições e lideranças, mas também as tensões históricas e políticas que moldaram a experiência religiosa ucraniana contemporânea. O estudo dessas dinâmicas contribui para uma compreensão mais ampla da identidade e da diversidade religiosa na Ucrânia. A seguir, será brevemente estudado o contexto russo e internacional que levou ao poder Putin e seus governos sucessivos.

1.2 ASCENSÃO DE PUTIN E A POLÍTICA RUSSA

No final de 1999, houve várias surpresas no campo eleitoral russo. Nas eleições para a Duma em 19 de dezembro, o Unidade⁷, um partido criado rapidamente para apoiar o governo no parlamento, sem um programa bem definido, tornou-se o segundo partido mais votado. O Unidade era o partido de apoio ao presidente Yeltsin e ao primeiro-ministro Vladimir Putin. Com a popularidade repentina de Putin, devido à guerra contra a Chechênia após os atentados terroristas na Rússia em setembro, o Unidade também se beneficiou da onda de entusiasmo com o primeiro-ministro durão (SAKWA, 2008).

Para Emil Pain (2000), a guerra da Chechênia foi fundamental para explicar o crescimento vertiginoso da popularidade de Vladimir Putin e do bloco Unidade. A guerra foi iniciada após uma série de atentados terroristas a bomba dentro da Rússia. A insatisfação levou a maioria da opinião pública russa a legitimar as medidas na política enérgica de Putin para solapar as supostas bases terroristas naquela região. O período pré-eleitoral foi marcado por

⁷ Conforme aponta Andreas Segrillo (2014, p. 154) duas “novas” forças foram criadas para ocupar espaço na direita moderada: os blocos Unidade e União das Forças Direitas (esta última denominada assim mesmo, num duplo sentido de causa “de direita” e causa “justa”). O Unidade foi fundado em 1999 num esforço muito semelhante ao da criação do partido Nossa Casa é a Rússia, em 1993.

propaganda ligando os sucessos na guerra ao primeiro-ministro durão. Todas as estações de TV fizeram uma cobertura positiva da invasão da Chechênia, incluindo o canal privado "independente" NTV, que anteriormente havia mostrado o lado "checheno" do conflito e cenas dos mortos e feridos russos. Assim, a imagem de Vladimir Putin mudou de uma pessoa desconhecida e insípida para um comandante jovem, dinâmico, duro, eficiente e atlético, muitas vezes mostrado praticando judô e pilotando avião na TV (PAIN, 2000; SAKWA, 2008).

Em 19 de dezembro de 1999, conforme mencionado, com 98% dos votos contados, o presidente da Comissão Central Eleitoral, Aleksandr Veshnyakov, anunciou a distribuição básica da nova Duma. Dos 450 mandatos totais, o Partido Comunista da Federação Russa (PCFR)⁸ ficou em primeiro lugar com 114 mandatos, o Unidade em segundo com 73, o Pátria - Toda a Rússia⁹ em terceiro com 66, o União das Forças Direitas¹⁰ em quarto com 29, o Yabloko¹¹ em quinto com 22 e o Bloco de Zhirinovsky em sexto lugar com 17 (SAKWA, 2008). As forças pró-Yeltsin consideraram os resultados uma vitória. Embora o PCFR ainda fosse o partido mais votado do país, agora não teria maioria na Duma, onde os diversos partidos burgueses reunidos tinham a maior parte dos deputados.

O autor Andrei P. Tsygankov (2018) explica que em relação à política externa, o início da era Putin foi marcado por uma postura colaborativa com o Ocidente, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. A Rússia trabalhou em conjunto com os EUA para combater o terrorismo e permitiu a instalação de bases de suprimento em países da antiga Ásia central soviética. Isso resultou em uma relação mais próxima entre a Rússia e o Ocidente nos primeiros anos do governo de Putin. No entanto, a partir do segundo mandato do presidente americano George W. Bush, a Rússia adotou uma postura mais resistente em relação às políticas ocidentais, impulsionada pela percepção de um avanço da OTAN em direção à Rússia (TSYGANKOV, 2018, SEGRILLO, 2014).

Especialistas apontam que a política externa russa é moldada por diversos fatores, incluindo documentos oficiais como o "*Foreign Policy Concept of the Russian Federation*"

⁸ O PCFR, por se limitar à luta parlamentar, é acusado, pelos outros PC mais radicais, de ser apenas um partido social-democrata de esquerda. Nas campanhas eleitorais, Zyuganov tem enfatizado que, apesar de pregar o socialismo no longo prazo, o PCFR aceitaria a participação de empresas privadas produtivas e "responsáveis" em diversos setores da economia, mantendo um controle estatal sobre áreas consideradas estratégicas. O PCFR sofre acusações também de estar dando mais ênfase às lutas de cunho nacionalista (proteção dos interesses da Rússia e dos russos) do que às questões propriamente de classe (SEGRILLO, 2014, p. 146).

⁹ A orientação política do Pátria - Toda a Rússia pode ser descrita como conservadora e nacionalista.

¹⁰ A orientação política do União das Forças Direitas pode ser descrita como direita ultranacionalista.

¹¹ A orientação política do Yabloko pode ser descrita como um partido de centro de teor liberal ou social-democrata.

(RÚSSIA, 2000b; RÚSSIA 2008b). Estes documentos destacam a importância das mudanças internas no país como um fator chave para entender a postura da Rússia no cenário internacional. A política externa russa tem como objetivos principais a preservação da soberania e integridade nacional, a busca por uma posição de liderança global, a criação de condições favoráveis para a modernização do país e a promoção da imagem da Rússia como uma nação democrática com uma economia de mercado e política externa independente. Além disso, a Rússia busca influenciar processos globais para assegurar uma ordem justa e democrática, além de divulgar e promover a cultura russa em colaboração com outras civilizações.

Atualmente, a política externa russa tem sido caracterizada pela ênfase no multilateralismo seletivo, que consiste em cooperar com outros países e organizações internacionais em questões de interesse mútuo, enquanto busca manter sua posição como uma grande potência global. É importante destacar que a questão energética também tem grande influência sobre a política externa russa (SAKWA, 2008).

A postura da Rússia, em relação às grandes potências e ao mundo em geral, tem sido objeto de estudo por pesquisadores renomados como Jeffrey Mankoff (2009) e Andrei Tsygankov (2006). Esses estudiosos afirmam que a Rússia busca afirmar sua grandeza e reivindicar interesses especiais nos países próximos, utilizando meios militares e econômicos para demonstrar sua força. Desde o início da década de 2000, quando o país recuperou sua economia, a Rússia passou a adotar uma postura mais assertiva na política externa, enfatizando sua posição como grande potência. Mesmo após a dissolução da URSS, a Rússia continua a desejar ser considerada uma potência mundial, e para isso, resgatou a ideia histórica da Rússia como uma "derzhava", ou seja, um polo de equilíbrio de poder capaz de se defender e preservar seu status através de sua força individual. Além disso, a Rússia almeja a configuração de uma ordem global semelhante ao Concerto Europeu do século XIX.

1.2.1 A saga expansionista da OTAN

Há algumas décadas, quando o comunismo caiu no leste europeu, muitos acreditavam que o conceito de "engajamento" era apenas uma palavra sem ações que a refletissem. Naquela época, duas ideias eram amplamente aceitas sem serem ditas publicamente. A primeira era a crença de que a queda da Cortina de Ferro só havia afetado os europeus orientais, enquanto o Ocidente triunfou. Portanto, não era necessário mudar nada por aqui, mas sim por lá. A rápida desintegração da Alemanha Oriental em 1990-1991 serviu apenas para reforçar a ideia de que

não havia escapatória da imitação em massa dos modelos ocidentais no antigo mundo comunista.

Os ocidentais perceberam que o fim da Guerra Fria estava derretendo todos os arranjos existentes, em ambos os lados da velha divisão. A integração da Alemanha Oriental começou a afetar toda a economia e o sistema político alemão, enquanto a enorme privatização no Leste reforçou a posição de políticos ocidentais que defendiam a redução do papel do governo em seus próprios países. Os líderes orientais começaram a aparecer em conferências de partidos de direita na Europa Ocidental, e as transformações no Leste foram usadas como justificativa para buscar políticas ainda mais radicais no Ocidente (TSYGANKOV, 2018).

Em meados de 1993, a estratégia das instituições europeias e da OTAN para manter as antigas nações comunistas satisfeitas sem criar expectativas já não parecia suficiente para os países centrais. A intensificação da guerra na Iugoslávia, o surgimento de nacionalistas extremos como Vladimir Zhirinovsky e o fim do flerte romântico de Yeltsin com o Ocidente levou à necessidade de revisar essa tática. Para evitar fazer distinções entre os países comunistas, em 1992 foi criado o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN), que incluiu quase todas as nações do antigo bloco soviético, até mesmo aquelas localizadas no Mar do Japão. No entanto, o CCAN não diferia muito da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em seus procedimentos e método de operação, sendo apenas um exercício necessário de procrastinação para adiar decisões que precisariam ser revistas. Era uma gigantesca reunião em que os discursos de abertura ocupavam a maior parte do tempo e as conclusões apenas reiteravam as questões discutidas. Problemas militares da República Tcheca, por exemplo, deveriam ser tratados no mesmo fórum que o problema do Tajiquistão (TSYGANKOV, 2018; SAKWA, 2008). Políticos russos que agora questionam por que os países europeus orientais exigiam a adesão à OTAN deveriam lembrar que o impulso foi fornecido pelas frequentes e públicas discussões entre o presidente Yeltsin e o Ocidente.

A necessidade da expansão da OTAN se tornou cada vez mais evidente entre junho de 1993 e o início de 1994. Vários fatores contribuíram para essa decisão, como a pressão dos países do leste europeu para se juntarem à aliança, a situação instável na Rússia, o desastre na Iugoslávia e a falta de alternativas. Como demonstra o autor Jonathan Eyal (1997), após a cúpula de janeiro de 1994, o presidente americano Bill Clinton afirmou publicamente que "a questão não era mais se a OTAN aceitaria novos membros, mas quando e como". Mudanças de pessoal também foram relevantes nessa decisão, especialmente na administração dos EUA (EYAL, 1997).

Embora tenham sido vários fatores que influenciaram a expansão da OTAN, foram os Estados Unidos e a Alemanha que tornaram esse processo irresistível. A Alemanha sentiu uma responsabilidade histórica e uma necessidade prática de ampliação, pois é o único grande Estado ocidental¹² que faz fronteira com a região. Líderes em Bonn entenderam antes de Paris ou Londres que o vácuo de segurança criado no coração do continente teria que ser preenchido por alguém. Se as reivindicações dos países do leste europeu para integração fossem rejeitadas, aqueles líderes da Europa Central que haviam defendido a integração nas instituições ocidentais seriam desacreditados, dando lugar a indivíduos menos acessíveis (EYAL, 1997).

A Alemanha teria sido confrontada com a opção de participar das alianças locais da Europa Central ou fazer um acordo com Moscou para manter a região sob controle, se os países da região comesçassem a construir seus próprios arranjos de segurança. Esse resultado poderia ter consequências tão desastrosas quanto as escolhas que gerações anteriores de políticos alemães enfrentaram.

Portanto, embora seja difícil estabelecer com precisão a data em que a expansão da OTAN se tornou inevitável, a pressão dos países do leste europeu e a necessidade da Alemanha de garantir a segurança na região foram os fatores determinantes. Entendia-se que se a expansão não tivesse ocorrido, a região poderia ter se fragmentado em alianças locais, o que poderia ter levado a conflitos semelhantes aos que mergulharam a Europa em duas guerras mundiais neste século. A atitude da OTAN também trazia um claro componente ideológico pró-democracia e neoliberal, que será discutido.

¹² Nesse contexto, o "Ocidente" é frequentemente usado para descrever uma civilização que se originou na Europa e se expandiu ao longo da história tendo hoje como referência o Estados Unidos da América, influenciando outras partes do mundo. A civilização ocidental é caracterizada por uma herança cultural greco-romana, pelo cristianismo, pela tradição jurídica romano-germânica e por princípios políticos como a democracia liberal. O "Ocidente" pode ser considerado um conjunto de valores e princípios que são compartilhados por países e sociedades que adotam uma abordagem liberal em termos de democracia, direitos humanos, Estado de Direito, economia de mercado e liberdades individuais.

Figura 1 – Expansão da OTAN desde 1997



*A Rússia anexou a Crimeia em 2014

Fonte: Braun, 2022.

1.2.2 A perspectiva russa de democracia em oposição à política hegemônica dos EUA

O governo dos Estados Unidos demonstrou atitudes positivas em relação à Rússia em um primeiro momento, mas mudou para uma postura crítica após a segunda posse de Bush (2005-2009). As falhas democráticas da Rússia e sua oposição à promoção da democracia em outros estados pós-soviéticos se tornaram um dos principais fundamentos de crítica pelo governo dos Estados Unidos. Além disso, a posição do governo dos Estados Unidos em relação ao status democrático da Rússia também pareceu ser instrumentalizada. As relações russo-americanas sofreram uma acentuada deterioração nesse período, em parte devido à interação dos EUA com as Revoluções Coloridas, que por sua vez provocaram ações mais autoritárias por parte do governo de Putin. As Revoluções Coloridas foram uma importante influência nas

atitudes governamentais dos Estados Unidos e da Rússia em relação à promoção da democracia no espaço pós-soviético (SEGRILLO, 2014).

Segundo a autora Ruth Deyermond (2015), as atitudes governamentais dos Estados Unidos e da Rússia em relação à promoção da democracia no espaço pós-soviético foram influenciadas pelas revoluções coloridas da Geórgia e da Ucrânia. Embora tenham sido revoltas domésticas, os manifestantes receberam apoio externo significativo, tanto de outros grupos da sociedade civil em Estados onde os protestos já haviam sido bem-sucedidos na mudança de governo, quanto de organizações ocidentais, como a *Freedom House*, o *National Democratic Institute* e a *Soros-funded Open Society Foundation*. A questão-chave sobre o papel desses atores externos nas revoluções coloridas foi se eles eram apoiados ou controlados pelo governo dos EUA, como parte de um plano para remover regimes hostis e minar a influência russa (DEYERMOND, 2015).

A Rússia desenvolveu uma postura governamental contrária ao discurso da democracia, criado pelos EUA para avançar seus próprios interesses em detrimento da Rússia e punir outros países. Em resposta a isso, a Rússia tem promovido a "Democracia Soberana" e a "democracia com características nacionais" em níveis domésticos e internacionais. Além disso, tem pedido por uma democratização do sistema internacional para combater a hegemonia americana. Portanto, o discurso democrático tem sido utilizado como uma ferramenta para recompensar ou punir estados, enquanto a Rússia propõe uma abordagem diferente para a democratização e a cooperação internacional (DEYERMOND, 2015).

O conceito de Democracia Soberana surgiu no pensamento político russo durante a primeira década do século XXI (LEBEDEV, 2007; AVERRE, 2007; EVANS, 2008). No ano de 2005, Vladislav Surkov, ideólogo-chefe da administração Putin na época, apresentou o conceito de "democracia soberana" em um discurso direcionado aos ativistas do partido Rússia Unida (DEYERMOND, 2015). A democracia soberana é um conceito que surgiu no pensamento político russo e refere-se a uma visão específica de democracia que enfatiza a soberania nacional e a autodeterminação. Durante esse período, houve um debate intenso sobre o papel do Estado, a relação entre o povo e o governo, e a busca por uma identidade política russa única. Um dos principais defensores da Democracia Soberana na Rússia foi o filósofo e estadista Ivan Ilyin. Ele argumentava que a Rússia deveria ter uma forma de governo baseada na vontade do povo russo, que seria expressa através de instituições políticas sólidas e autônomas. Ilyin defendia uma forma de democracia que preservasse a identidade nacional e a unidade do país. Além de Ilyin, outros pensadores russos também contribuíram para o

desenvolvimento do conceito de Democracia Soberana. Konstantin Leontiev, por exemplo, afirmava que a verdadeira democracia só poderia ser alcançada através de um governo que estivesse profundamente enraizado na cultura e nas tradições de um povo. Ele argumentava que a democracia não deveria ser entendida apenas como uma forma de governo representativo, mas também como uma expressão da alma coletiva de uma nação (DEYERMOND, 2015, LEBEDEV, 2007; AVERRE, 2007; EVANS, 2008).

A Democracia Soberana também está associada à ideia de "soberania popular", que defende que o poder político emana do povo e que as decisões fundamentais devem ser tomadas pela vontade da maioria. No entanto, não se deve distanciar a visão daqueles que enfatizam que a Democracia Soberana deve estar intrinsecamente ligada à identidade e aos interesses nacionais. Alguns críticos argumentam que a ênfase na soberania nacional pode levar a uma visão autoritária do governo, limitando os direitos e liberdades individuais. Outros argumentam que a Democracia Soberana é compatível com a participação popular e com a proteção dos direitos humanos (DEYERMOND, 2015).

Embora tenha sido divulgado publicamente nessa ocasião, o conceito ganhou influência significativa ao ser posteriormente desenvolvido em diversos artigos, discursos e entrevistas por Surkov e outros (DEYERMOND, 2015). A partir desse momento, o conceito de "democracia soberana" passou a desempenhar um papel central na política da Rússia Unida e do governo russo, mesmo que não fosse explicitamente mencionado (DEYERMOND, 2015). Conforme observado por Deyermond, "as ideias subjacentes ao conceito de 'democracia soberana' se enraizaram na narrativa *mainstream* da política externa" (DEYERMOND, 2015, p. 35 apud AVERRE, 2007, p. 181).

Tal citação ressalta a relevância das ideias que sustentam o conceito e sua influência na arena política russa. Enquanto a expressão Democracia Soberana era usada para descrever o mecanismo de desenvolvimento da economia russa, a vontade nacional do povo russo e o fortalecimento da soberania do Estado russo, as práticas democráticas envolvidas nesse conceito permaneceram mal definidas em relação à política doméstica russa. Os defensores da Democracia Soberana acreditavam em um estado centralizado e poderoso com um papel líder nas estruturas de poder estatal em setores-chave da economia. Analistas viram esse conceito como uma extensão da ideia anterior de "democracia gerenciada" (DEYERMOND, 2015 apud OKARA, 2007; PETROV, 2005), com processos democráticos extremamente limitados.

Enquanto isso, Putin desenvolveu duas qualificações adicionais ao conceito de democracia durante esse mesmo período, mesmo que ele não usasse o termo Democracia

Soberana. A primeira foi a ideia de democracia com características nacionais e a segunda foi a importância de um estado soberano e forte como pré-condição necessária para o desenvolvimento democrático.

Diversos analistas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental sustentam a visão de que a contestação em relação ao conceito e à promoção da democracia surgiu durante a presidência de George W. Bush, especialmente nas relações entre Rússia e Estados Unidos. Essa visão está fundamentada no aumento do autoritarismo na Rússia e no receio do governo russo em relação aos movimentos democráticos internos e em países vizinhos (DEYERMOND, 2015 apud MANKOFF, 2007; AMBROSIO, 2009). Tais estudiosos destacam a tensão gerada pela diferença de perspectivas e pela percepção russa de uma possível ingerência externa em assuntos internos, resultando em um ambiente de contestação e resistência (DEYERMOND, 2015 apud MANKOFF, 2007; AMBROSIO, 2009).

No entanto, o governo russo e analistas russos contestam essa ideia e acreditam que essa contestação é uma resposta à política dos EUA de utilizar a democracia como uma desculpa para atacar estados que ameaçam a hegemonia dos EUA e avançar seus próprios interesses nacionais. Além disso, acreditam que a promoção da democracia é apenas uma forma de enfraquecer os concorrentes dos EUA.

A promoção da democracia pelos Estados Unidos é um tema que precisa ser analisado em seu contexto. Para compreender as opiniões da liderança russa sobre o assunto, é preciso levar em conta o uso instrumentalizado que os EUA fazem do conceito de democracia. A administração Bush, por exemplo, tinha uma abordagem parcial na avaliação e promoção da democracia, elogiando os aliados de segurança na antiga União Soviética e em outros lugares, mas negando esse elogio aos estados com os quais os EUA não mantinham boas relações.

O principal alerta internacional para a utilização maniqueísta de democracia pelos EUA foi de fato a invasão do Iraque em 2003. Naquela ocasião, o início da invasão do Iraque pelas tropas dos Estados Unidos e seus aliados em 19 de março de 2003 desencadeou uma série de tensões e questionamentos na comunidade internacional. O presidente George W. Bush justificou a campanha como uma continuação da guerra contra o terrorismo, iniciada com a invasão do Afeganistão. No entanto, ao contrário da campanha no Afeganistão, as evidências de que Saddam Hussein possuía laços com Osama bin Laden e armas de destruição em massa eram altamente duvidosas (SEGRILLO, 2014).

A iniciativa unilateral dos Estados Unidos encontrou críticas não apenas da Rússia, mas também de governos de países tradicionalmente aliados aos EUA, como Alemanha, França e

Nova Zelândia. Neste contexto, a Rússia de Putin, que havia se recuperado parcialmente de sua crise econômica dos anos 1990, não se manteve passiva diante dessa ação unilateral dos Estados Unidos. Putin clamou por uma abordagem multilateral nas relações internacionais e suas fortes críticas abalaram a relação entre os dois países (SEGRILLO, 2014).

Embora o Iraque estivesse distante da Rússia, a tensão com os Estados Unidos e o Ocidente aumentou significativamente com o início das chamadas revoluções coloridas nas antigas repúblicas constituintes da URSS. As revoluções coloridas foram processos que resultaram na derrubada de governos próximos à Rússia e na ascensão de governos pró-ocidentais. Putin e outros críticos argumentam que essas revoluções não foram coincidência, mas foram diretamente instigadas por governos e Organizações Não Governamentais (ONGs) ocidentais. Alega-se que elas seguiram o modelo utilizado na queda de Slobodan Milosevic, na Sérvia, em 2000, estimulando protestos populares para derrubar governos autoritários antiocidentais (SEGRILLO, 2014).

Esses eventos colocaram a Rússia em um contexto de crescente tensão com os Estados Unidos e o Ocidente, que desafiava sua influência em regiões próximas. A reação russa à invasão do Iraque e às revoluções coloridas demonstra uma mudança nas dinâmicas geopolíticas, com a Rússia de Putin buscando reafirmar sua posição como ator relevante na arena internacional e defendendo seus interesses estratégicos (SEGRILLO, 2014).

Deyermond (2015) cita em seu trabalho o impacto do testemunho de Thomas Carothers (2006) à Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA sobre a "reação adversa à promoção da democracia", a incoerente dupla moral na difusão do conceito de democracia é um fator contributivo à resposta de alguns Estados à promoção da democracia pelos EUA. Ou seja, as "não-democracias hostis" são destacadas para receber atenção direcionada para suas situações políticas, enquanto outras não recebem a mesma atenção. Isso é um problema que precisa ser levado em conta na análise da promoção da democracia pelos Estados Unidos (DEYERMOND, 2015 apud CAROTHERS, 2006).

A conexão entre democracia, identidade estatal, segurança nacional e concepções de relações internacionais gerou graves consequências para as relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Isso levou a uma piora nas relações entre os dois países em relação à democracia e hipocrisia. Como resultado, a promoção e o significado da democracia acabaram sendo afetados. Essa situação também teve impactos na estabilidade da ordem internacional contemporânea e no espaço pós-soviético. Estes debates internacionais, e a postura que Putin adotou em relação a eles, não explicam, contudo, todo o cenário das futuras intervenções russas

em seu entorno. Para tal, conforme a proposta deste trabalho, é preciso compreender o papel da Igreja Ortodoxa. Putin também leu o seu contexto e soube usar valores de “poder brando”.

2 A RELAÇÃO DA RÚSSIA COM SEU ENTORNO E OS DESÍGNIOS RELIGIOSOS

A busca de autodefinição que a Rússia vem enfrentando desde o fim da era soviética, remete a perda das certezas geopolíticas e ideológicas que esse período deixou no país, segundo o autor Jeffrey Mankoff (2009). Isso forçou uma constante missão de reestruturar uma nova identidade como Estado e uma nova visão de política externa. A autodefinição de identidade é um processo complexo e multifacetado que envolve a elaboração de uma narrativa coerente que reflita a identidade nacional, os valores e as aspirações do país, assim como a definição de objetivos estratégicos a longo prazo (MANKOFF, 2009).

Fundamentalmente a reafirmação internacional se constrói pela importância da política externa nesse processo de autodefinição, pois é através dela que a Rússia se relaciona com o mundo e projeta sua imagem internacional. A nova visão de política externa buscada pelos líderes russos reflete uma visão compartilhada pela elite russa sobre a natureza das relações internacionais e a identidade da Rússia como Estado. Esse consenso foi forjado ao longo das últimas décadas, com o passar de diversos líderes, incluindo Gorbachev e Putin (MANKOFF, 2009).

Faz primordial entender que a busca por uma nova visão de política externa não é algo recente, mas teve início com a visão de Gorbachev de um "lar europeu comum", conforme visto no capítulo anterior. A Rússia parecia estar caminhando rapidamente em direção ao Ocidente democrático, mas logo essa abordagem encontrou resistência interna e externa. A visão de missão da Rússia mudou no meio da década de 1990, com a determinação de restaurar a Rússia como um ator internacional independente, com interesses distintos dos do Ocidente capitalista liberal.

Conforme já visto anteriormente, o papel de Vladimir Putin na história recente da Rússia se faz centro de boa parte da análise do presente trabalho, particularmente em relação às suas relações com o Ocidente e seu entorno geoestratégico neste capítulo em específico. A volta da Rússia como uma potência internacional importante, bem como sua relação cada vez mais tensa com o Ocidente, em grande parte coincidiu com o mandato de Putin na presidência, entre 2000 e 2008. Durante este período, Putin estabeleceu uma reputação non-grata no Ocidente, principalmente devido ao seu passado na KGB e à consolidação de uma postura autocrata durante seu governo. No entanto, deve-se enfatizar que o legado de Putin como estadista é bastante complexo, e apesar das críticas ocidentais à política externa da Rússia durante seu segundo mandato, Putin conseguiu posicionar a Rússia como um dos pilares indispensáveis do sistema internacional.

O sucesso de Putin em reconstruir o poder russo foi em parte devido às circunstâncias favoráveis, como o aumento sustentado dos preços globais dos principais produtos de exportação da Rússia, especialmente energia. Portanto, nota-se a habilidade de Putin em articular uma visão clara do mundo e do lugar da Rússia nele, e em mobilizar os recursos necessários para alcançar seus objetivos. O desejo russo de ser uma grande potência não é novo, mas Putin foi capaz de transformar essa aspiração em realidade em maior medida do que seus predecessores. Além disso, a política externa russa é fortemente influenciada por suas relações com o Ocidente, uma vez que a era da Guerra Fria deixou um legado de ocidentalismo enraizado na política externa russa.

Este capítulo tem como objetivo estudar a relação entre as Igrejas ortodoxas e a política russa para seu entorno, especialmente através dos casos da Geórgia e da Ucrânia. Um aspecto fundamental dessa relação é a posição da ROC em relação às ortodoxias da Ossétia do Sul e Abecásia, bem como a manutenção de boas relações com a Igreja Ortodoxa Georgiana. No entanto, analisando mais de perto a estratégia da ROC, se percebe que ela na verdade complementa a estratégia do Estado russo e lança luz sobre as complexidades da política na região pós-soviética. Já a crise na Ucrânia foi impulsionada por uma combinação de fatores internos e externos. A rejeição do acordo com a UE, as manifestações populares, a intervenção ocidental e as ações de Putin desempenharam papéis interligados na escalada do conflito. A situação atual na Ucrânia continua a representar desafios para a estabilidade regional e as relações internacionais. Começaremos pelo conflito da Geórgia.

2.1 O CONFLITO COM A GEÓRGIA

A história política da Geórgia desde sua independência em 1991 tem sido marcada por instabilidade, mudanças de regime e tensões com a Rússia. Embora tenha havido alguns períodos de estabilidade e progresso, a história recente do país tem sido caracterizada por incerteza e desafios significativos. Desde a independência em 1991, a Geórgia tem enfrentado uma série de desafios políticos, incluindo quatro mudanças de regime em três décadas. Segundo o autor Thomas de Waal (2010), o país foi considerado um estado falido por um longo período após sua independência, mas a eleição de 5 de novembro 1995 de Eduard Shevardnadze como presidente trouxe alguma estabilidade ao país e efetivamente acabou com a guerra civil (WAAL, 2010).

A instabilidade geopolítica na região do Cáucaso Sul remonta a um dilema que se repete e apenas reforça a complexidade sobre identidade nacional dos países que formavam a esfera de influência soviética, com destaque para os conflitos territoriais não resolvidos na Geórgia. A origem desses conflitos remonta às decisões de Stalin na década de 1920, que visavam manter os proto-Estados sob influência direta do Kremlin. Além das questões étnicas, a presença de movimentos separatistas na região também foi um fator que contribuiu para os conflitos. Os desígnios russos de controle da região são apontados como umas das principais causas desses conflitos, devido à sua política assertiva de dividir para governar. A Rússia tem interesse em manter o controle sobre o espaço pós-soviético e busca instigar conflitos utilizando táticas antigas. A política da Rússia também é vista como uma forma de manter a sua hegemonia na região (WAAL, 2010; MANKOFF, 2009).

A Geórgia é colocada no centro desse palco como um país que buscou se afastar da influência russa e se aproximar do Ocidente. A Rússia tentou a todo custo impedir que a Geórgia trilhasse o mesmo caminho dos países bálticos, que ingressaram na OTAN após a queda da União Soviética. A presença militar russa em territórios não reconhecidos na região também é destacada como um fator que contribui para a instabilidade na região. A instabilidade geopolítica na região do Cáucaso Sul tem a Rússia como um dos principais agentes interessados nesse imbróglia regional.

Em 2003, uma revolução colorida liderada pelo presidente pró-ocidental Saakashvili forçou a renúncia de Shevardnadze e trouxe uma mudança significativa para a política da Geórgia. Essa mudança de regime foi a primeira pacífica na história do país e trouxe um período de visão otimista para o futuro. No entanto, essa mudança de regime também teve suas próprias consequências, já que Saakashvili acabou perdendo o poder para o bilionário oligarca pró-russo Ivanishvili. Essa mudança foi vista como um passo atrás para a Geórgia, que havia feito progressos significativos em sua relação com o Ocidente sob Saakashvili (WAAL, 2010). Esse fenômeno das revoluções “coloridas” se repetirá nos outros casos. É importante notar que essas revoluções foram sempre apoiadas pelos EUA.

As tensões aumentaram ainda mais com a região separatista de Abkhazia, que recebeu apoio militar e de inteligência do Kremlin durante a guerra civil e derrotou as tropas georgianas. Isso levou à perda de controle da parte ocidental do país e a submissão da política externa da Geórgia ao Kremlin. A presença de tropas russas em territórios georgianos também foi um ponto de tensão significativo nas relações entre a Rússia e a Geórgia (WAAL, 2010).

A expansão da OTAN para a Europa Oriental e os estados bálticos, assim como as discussões sobre a inclusão da Ucrânia e da Geórgia na Aliança Atlântica, têm sido questões centrais nas relações entre Rússia e Estados Unidos. Para muitos russos, a expansão da OTAN é vista como uma ameaça direta à sua segurança e influência na região (MANKOFF, 2009). A possibilidade de incluir a Ucrânia e a Geórgia na Aliança Atlântica foi particularmente preocupante para Moscou, uma vez que esses países são vistos como áreas de influência russa. A Rússia argumenta que a expansão da OTAN prejudica sua segurança nacional e representa uma violação das promessas feitas durante o processo de reunificação alemã durante a guerra-fria, quando foi acordado que a OTAN não se expandiria para o leste.

Essas questões têm gerado ressentimento e confrontação entre a Rússia e os Estados Unidos. Os líderes russos, incluindo Putin, têm adotado uma postura firme contra a expansão da OTAN e a inclusão da Ucrânia e da Geórgia na Aliança. Para eles, essas ações são vistas como uma tentativa de enfraquecer e isolar a Rússia, minando sua influência na região.

2.1.1 O papel da Igreja Ortodoxa da Geórgia no conflito

A autora Kristina M. Conroy (2014) explana em seu trabalho que a disputa de jurisdição religiosa na região do Cáucaso é um exemplo de como as diferenças culturais e políticas podem afetar a relação entre a igreja e o Estado. A guerra de 2008 entre a Geórgia e as regiões separatistas da Abkhazia e da Ossétia do Sul foi um divisor de águas na relação entre as comunidades ortodoxas e a Igreja Ortodoxa da Geórgia (OCG)¹³. Após a independência política *de facto*, as comunidades ortodoxas dessas regiões buscaram obediências alternativas, rejeitando a supervisão da OCG e considerando Ilia II como um provocador do nacionalismo georgiano (CONROY, 2014).

O papel da religião na construção da paz é complexo e multifacetado. Embora as igrejas possam desempenhar um papel positivo, também há limitações em seu envolvimento na solução de conflitos, e é importante levar em consideração as visões divergentes das partes envolvidas no conflito. No caso do conflito Russo-Georgiano de 2008, as igrejas Ortodoxas Russa e Georgiana fizeram esforços significativos para promover a paz, mas sua eficácia na construção da paz foi questionada dada tamanha disputa de interesses que ambas as instituições representavam (CONROY, 2014).

¹³ Orthodox Church of Georgia

As duas regiões separatistas (Abecásia e Ossétia do Sul) vão se desenrolar em suas próprias complexidades dentro um conflito que não tivesse o fator religião com vetor seria de análise igualmente complexa.

Figura 2 – Mapa da Geórgia com destaque para a Abkhazia



FONTE: BBC News Brasil, 2008.

Conroy (2014) explica que a comunidade ortodoxa da Abecásia está dividida entre aqueles que buscam manter uma diocese dentro da igreja ortodoxa oficial e aqueles que buscam criar uma metrópole extra canônica em diálogo com o Patriarcado Ecumênico. A tentativa de separação dos ortodoxos abkhazianos da OCG começou sob o sistema soviético e suas raízes históricas podem ser rastreadas para períodos anteriores. O povo abkhaziano foi recristianizado quando a OCG foi subordinada à ROC como um exarcado que realizou políticas de russificação. Em 1917, após a OCG pedir autocefalia da ROC, a Diocese de Sukhum da Abkhazia rejeitou a subordinação à autocefalia georgiana autoproclamada como destaca Kristina M. Conroy (2014, p. 9, tradução nossa)

A tentativa dos ortodoxos abkhazianos de se separarem da OCG começou sob o sistema soviético, e suas raízes históricas da igreja podem ser rastreadas para períodos anteriores. Como mencionado acima, o povo abkhaziano foi recristianizado quando a OCG foi subordinada à ROC como um exarcado que realizou políticas de russificação (não de georgianização)¹⁴.

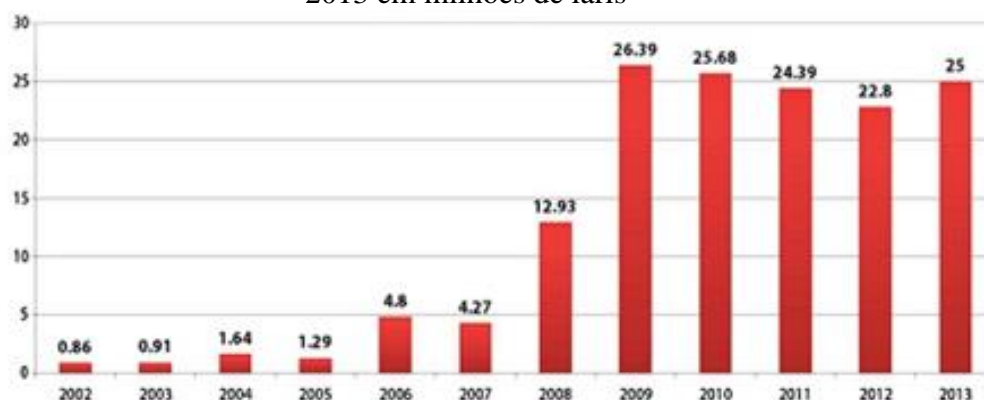
¹⁴ Do original: “Georgianization”.

A igreja sul-ossetiana se chama Diocese de Alania e se aliou a uma facção cismática da Velha Igreja Calendária grega¹⁵, os Ciprianos. Ambas as comunidades expressaram o desejo de se juntar à Igreja Ortodoxa Russa (ROC), mas a ROC tem se recusado a absorvê-las, mantendo os territórios sob a jurisdição da OCG. A disputa sobre a jurisdição passou despercebida em grande parte durante o período soviético, já que todas as igrejas enfrentaram perseguição ateuista e o sistema suprimiu tensões étnicas. A questão da independência religiosa das comunidades ortodoxas na Abkhazia e na Ossétia do Sul ainda está em aberto, mas é um lembrete de como as diferenças culturais e políticas podem afetar a relação entre a igreja e o Estado.

Um dos mecanismos que mantém a Igreja Ortodoxa da Geórgia em uma posição de força e influência frente às demais denominações religiosas, em especial as separatistas em questão, se dá pelo forte financiamento Estatal do governo Georgiano na OCG como discorre Tamara Grdzeldze (2010). Conforme destacado, a Igreja Ortodoxa da Geórgia é a única igreja cristã no país que recebe financiamento estatal. Embora a igreja esteja constitucionalmente separada do estado, sua necessidade de ser financiada pelo governo parece ambígua. No entanto, um argumento contra essa separação é que a propriedade da igreja foi confiscada pelo Império Russo (1801-1917) e pela URSS (1921-1990), e, portanto, o Estado está compensando a igreja pelos danos econômicos e morais. O processo de devolução da propriedade da igreja começou em 2002 como parte da implementação do "Acordo entre o Estado da Geórgia e a Igreja Ortodoxa Apostólica Autocefalosa da Geórgia", que declara que o Estado confirma o dano material e moral causado à igreja durante o período de privação de soberania nos séculos XIX e XX (especialmente no período de 1921-1990) (GRDZELIDZE, 2010). Como possuidor real da riqueza confiscada, Tornike Metreveli (2016) afirma que o Estado assume a responsabilidade de compensar parte do dano material como aponta a imagem abaixo:

¹⁵ Kristina M. Conroy (2014, p.12-13, tradução nossa) cita em seu texto que: “A comunidade ortodoxa da Ossétia do Sul, então, voltou-se para outro grupo cismático, uma facção grega chamada de "Ciprianos" (ou o Santo Sínodo em Resistência), e formou a Diocese da Ossétia do Sul-Alânia sob sua jurisdição. Como resultado, a comunidade ortodoxa da Ossétia do Sul é considerada cismática e fora da igreja ortodoxa oficial”.

Figura 3 – Orçamento do Estado alocado para o Patriarcado da Geórgia entre 2002 e 2013 em milhões de laris



Fonte: METREVELI, 2016.

Vale observar que nos dois seguintes após o início do conflito, a Igreja Ortodoxa da Geórgia recebeu do governo três vezes o orçamento dos anos anteriores. O Estado transferiu para o Patriarcado 25 milhões de laris (cerca de US\$ 15 milhões), juntamente com carros de luxo para vários hierarcas, e imóveis no valor de 50 milhões de laris¹⁶ totalizando 0,4 hectares de terra e um tamanho considerável de propriedade no centro da capital Tbilisi. Mais tarde, o Patriarcado recebeu mais 25 terrenos para construções de igrejas em várias partes do país (METREVELLI, 2016; GRDZELIDZE, 2010).

A contraparte deste conflito agiu também com demasiada efusividade para equilibrar o jogo de interesse entres os países. A igreja de Moscou adotou uma série de discursos no âmbito das narrativas e de ações “eclesiais” no âmbito da política. O próximo tópico será responsável na abordagem da igreja de Moscou neste imbróglgio belicoso com onde em uma de suas facetas usa-se vestes sacerdotais.

2.1.2 O papel da Igreja Ortodoxa da Rússia no conflito

A influência da Igreja Ortodoxa Russa nas regiões separatistas do Cáucaso é um exemplo do uso da religião como uma ferramenta de influência política. A ROC tem sido ativa nessas áreas desde a dissolução da União Soviética, e sua presença tem sido uma fonte de controvérsia. A Igreja tem ajudado nas operações humanitárias e na distribuição de bens essenciais em momentos de conflito, mas também é acusada de estar do lado da Rússia em conflitos políticos. A ROC tem uma política de "uma igreja, muitos Estados" (CONROY,

¹⁶ Moeda oficial da Geórgia.

2014), que visa manter sua unidade interna e expandir sua influência globalmente, incluindo na região do Cáucaso.

A Igreja Ortodoxa Russa tem mantido relações amistosas com as autoridades locais das regiões separatistas, ajudando a expandir sua presença e influência. No entanto, a ROC se recusa a absorver as comunidades Abecásia e Ossétia do Sul em sua jurisdição, optando por respeitar o território canônico do OCG. Essa postura é vista por alguns analistas como um grande ato de contenção contra seus próprios desejos, mas pode ser interpretada como uma forma de manter a unidade interna da ROC e respeitar os interesses da Igreja Georgiana (CONROY, 2014).

No entanto, a influência da ROC nas regiões separatistas do Cáucaso é vista como uma fonte de tensão e controvérsia, especialmente em relação aos conflitos políticos na região. A ROC é acusada de apoiar a Rússia em detrimento da Geórgia, o que aumenta a tensão e o conflito entre as partes envolvidas. A presença da Igreja também pode ser vista como uma forma de legitimar a ocupação russa dessas áreas, tornando a situação ainda mais complicada.

É ainda importante observar que o Estado russo tem repetidamente se recusado a incorporar a Ossétia do Sul e a Abkházia em seu território (CONROY, 2014). Os incentivos para anexar essas regiões problemáticas são relativamente baixos, e a Rússia está preocupada com sua legitimidade perante a comunidade internacional. Ao invés de agir como uma potência imperialista em busca de seus próprios ganhos territoriais, a Rússia tem se apresentado como defensora dos direitos humanos em sua esfera de influência e área de responsabilidade. Nesse sentido, a insistência da ROC em agir de acordo com a lei canônica e seu apoio à OCG contribuem para a imagem da Rússia como uma defensora, ao invés de uma potência imperialista.

Além disso, a Rússia tem sido capaz de exercer muito controle sobre as regiões da Ossétia do Sul e Abkhazia por meio de meios militares e econômicos. Dessa forma, ela não precisa arriscar a legitimidade da ROC absorvendo as populações ortodoxas ossetiana e abecase. Essa estratégia permite que a Rússia mantenha sua influência sobre as regiões sem colocar em risco a autoridade da ROC ou comprometer sua imagem como defensora dos direitos humanos (CONROY, 2014).

Em segundo lugar, a estratégia religiosa da Rússia visa promover a influência da ROC no mundo ortodoxo. O Estado russo tem interesse em ver a ROC ocupar uma posição de destaque entre as igrejas ortodoxas, especialmente entre as igrejas ortodoxas eslavas. A ROC atua como um canal diplomático e uma forma de influência no exterior, e, portanto, a Rússia

tem interesse em fortalecer a legitimidade e autoridade da ROC dentro da comunidade ortodoxa em geral (CONROY, 2014). Além disso, a igreja ortodoxa historicamente associou a importância eclesiástica com o prestígio e poder da cidade em que está sediada. Portanto, o privilégio dado à ROC na comunidade ortodoxa global tem um valor simbólico que contribui para o prestígio de Moscou e do Estado russo.

A guerra de 2008 entre a Rússia e a Geórgia foi interpretada por muitos como uma punição à Geórgia por seus laços pró-ocidentais e por sua vontade expressa de adesão à OTAN. Nesse contexto, a ROC representa um elemento importante na promoção da imagem da Rússia como guardião da tradição e dos valores ortodoxos. A igreja tem apoiado a posição da Rússia de resistência à ocidentalização e, ao mesmo tempo, apresenta-se como uma alternativa ao catolicismo romano e ao protestantismo que predominam na Europa Ocidental. Dessa forma, a ROC se torna uma ferramenta poderosa na promoção dos valores e poder russos, permitindo que a Rússia defenda sua posição em relação aos valores ocidentais sem parecer ameaçadora ou agressiva.

2.2 O CONFLITO COM A UCRÂNIA

A crise na Ucrânia (ver a figura 3 para uma visualização geral das regiões em disputa na Ucrânia), que teve início no outono de 2013, marcou um período de turbulência e tensões não apenas no país, mas também nas relações internacionais. Inicialmente, manifestações em massa ocorreram em Kiev e outras cidades ucranianas, como forma de protesto contra a decisão do presidente e do governo de recusar a assinatura do Acordo de Livre Comércio Abrangente e Aprofundado (ACLAA). De acordo com o autor Richard Sakwa (2015), o tratado mencionado, foi uma estratégia política implementada pela União Europeia (UE) em relação aos países do Leste Europeu. O autor destaca que a intervenção russa na Geórgia em 2008 teve um impacto significativo nessa estratégia. Antes desse evento, a Parceria Oriental tinha um escopo limitado, com relações bilaterais e aspirações políticas pouco substanciais.

No entanto, após a intervenção russa, a estratégia da Parceria Oriental foi modificada. A UE decidiu aprofundar e fortalecer as relações com os países do Leste Europeu por meio da assinatura de Acordos de Associação (AAs) individuais com cada país. Esses acordos visavam fortalecer os laços econômicos e políticos bilaterais e estabelecer uma Área de Livre Comércio Profunda e Abrangente.

Entretanto, a crise tomou proporções internacionais em fevereiro de 2014, quando as autoridades legais ucranianas foram depostas (SAKWA, 2015).

Em 2014 desencadeou-se um dos conflitos mais perigosos desde a Guerra Fria. A violenta derrubada do governo, seguida por levantes regionais, a perda de território, uma guerra civil e a deterioração socioeconômica colocaram o país em uma situação de extrema instabilidade. Além disso, a anexação da Crimeia pela Rússia e o apoio aos separatistas no leste da Ucrânia intensificaram as tensões entre Rússia e Ocidente.

Tal imbróglio ucraniano foi impulsionado por uma luta pelo poder entre as elites políticas do país. Disputas internas levaram a um golpe violento e à subsequente guerra civil. Além disso, a Ucrânia enfrentava desafios relacionados à identidade nacional e ao modelo de Estado. Como observa Sergei M. Plekhanov (2016), na condição de ex-república soviética, a Ucrânia emergiu como um Estado independente com fronteiras definidas pelas divisões administrativas soviéticas. Essas fronteiras não consideravam a formação futura de um Estado ucraniano soberano, o que resultou em desafios para a coesão nacional.

Conforme indica John J. Mearsheimer (2014), durante a crise de 2013-2014, houve uma clara intervenção ocidental nos assuntos internos da Ucrânia. Autoridades dos Estados Unidos, como a diplomata Victoria Nuland e o senador John McCain, estiveram presentes em manifestações contra o governo e expressaram apoio aos manifestantes. A gravação telefônica vazada de Nuland defendendo a mudança de regime e a nomeação de Yatsenyuk como primeiro-ministro alimentou as suspeitas de que o Ocidente desempenhou um papel na derrubada de Yanukovich.

Embora a extensão completa do envolvimento dos Estados Unidos não tenha sido revelada, essas evidências contribuíram para a percepção entre os russos de que a crise na Ucrânia foi influenciada pelo Ocidente. Essa percepção intensificou as tensões entre a Rússia e o Ocidente e minou a confiança mútua nas relações internacionais (MEARSHEIMER, 2014).

Diante da mudança de governo em Kiev e do aumento da influência ocidental na Ucrânia, Putin decidiu agir para proteger os interesses russos na região. Ordenou a anexação da Crimeia, aproveitando a presença de forças russas já estacionadas na região e o desejo de muitos russos étnicos de se separarem da Ucrânia. Essa ação desencadeou uma forte condenação internacional, com o Ocidente impondo sanções à Rússia.

Putin também exerceu pressão sobre o novo governo ucraniano, utilizando apoio militar, diplomático e econômico aos separatistas russos no leste da Ucrânia. Esses grupos separatistas conduziram uma insurgência armada, levando o país a uma guerra civil e a um número

significativo de vítimas como aponta em seu texto John J. Mearsheimer (2014, p. 4, tradução nossa)

Putin exerceu uma enorme pressão sobre o novo governo em Kiev para desencorajá-lo de se aliar ao Ocidente contra Moscou, deixando claro que ele destruiria a Ucrânia como um estado funcional antes de permitir que se tornasse um reduto ocidental à porta da Rússia. Para isso, ele forneceu assessores, armas e apoio diplomático aos separatistas russos no leste da Ucrânia, que estão levando o país em direção a uma guerra civil. Ele também concentrou um grande exército na fronteira ucraniana, ameaçando invadir caso o governo reprimisse os rebeldes. Além disso, ele aumentou drasticamente o preço do gás natural vendido pela Rússia à Ucrânia e exigiu pagamento por exportações passadas. Putin está jogando duro¹⁷.

Além disso, a crise na Ucrânia resultou na pior deterioração das relações entre Rússia e Ocidente desde a Guerra Fria. As tensões entre a Rússia e a OTAN aumentaram, aumentando o risco de um conflito militar direto. Essa situação também teve impacto nas estruturas de controle de armas existentes e obscureceu as perspectivas de novos acordos. O clima de desconfiança mútua entre as partes envolvidas dificultou o diálogo e a busca por soluções diplomáticas.

A intervenção russa na Ucrânia e o subsequente conflito armado no leste do país desencadearam uma crise de proporções significativas, com implicações profundas para a segurança e estabilidade da região europeia. A intervenção com o desembarque de tropas russas na Crimeia, em 2014, ocorreu sob a justificativa de proteger a população russa étnica e defender os interesses estratégicos russos na região. Esse movimento foi amplamente condenado como fora supracitado, e considerou a anexação da Crimeia pela Rússia como uma violação do direito internacional e da soberania ucraniana.

Segundo Ryszard Zięba (2017), a resposta da comunidade internacional ao conflito na Ucrânia foi variada. Os países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos e pela União Europeia, condenaram veementemente a intervenção russa e impuseram sanções econômicas à Rússia como meio de pressionar por uma solução pacífica e o respeito à soberania ucraniana. Além disso, a OTAN reforçou sua presença militar na região, com o objetivo de garantir a segurança de seus membros na Europa Oriental e enviar um sinal claro de solidariedade com a Ucrânia.

No entanto, a busca por uma solução política e duradoura para o conflito tem sido desafiadora. Vários acordos de cessar-fogo, como os Acordos de Minsk, foram alcançados, mas

¹⁷ Do original: “playing hard”.

sua implementação tem sido irregular e incompleta. Os confrontos armados esporádicos continuam a ocorrer, minando os esforços para alcançar uma paz sustentável (ZIEBA, 2017). A falta de confiança mútua, as divergências nas negociações e as agendas políticas em jogo dificultam a resolução do conflito.

Conforme já dito, o conflito na Ucrânia também teve repercussões mais amplas no cenário internacional. As tensões entre a Rússia e o Ocidente aumentaram, gerando preocupações sobre a segurança coletiva na região e reavivando debates sobre as alianças militares e os acordos de segurança mútua. O conflito na Ucrânia serviu como um lembrete de que as disputas territoriais e étnicas ainda podem representar desafios significativos para a paz e a estabilidade na Europa. Essa história ganhou um novo capítulo em 2022, quando, em fevereiro, a Rússia iniciou uma ofensiva militar terrestre para anexar províncias ucranianas próximas ao seu território. O desenrolar do conflito, desde 2013, forçou as Igrejas ortodoxas envolvidas a se reposicionarem. Isso será estudado adiante.

Figura 4 – Mapa da Ucrânia e suas províncias contestadas



Fonte: Hankin, 2023.

2.2.1 O papel da Igreja Ortodoxa da Ucrânia no conflito

Conforme Katarina Novikova (2015) discute em seu trabalho, a identidade ucraniana é complexa, com uma parte significativa da população se considerando etnicamente russa. Muitos ucranianos étnicos possuem laços familiares e culturais com a Rússia, dificultando a percepção da Rússia como um país estrangeiro. A independência da Ucrânia, declarada em 1991, foi amplamente influenciada pela desintegração da União Soviética, e não por um movimento nacionalista ucraniano (NOVIKOVA, 2015). A transição para um Estado independente ocorreu como resultado da fragmentação do antigo Estado soviético e não como resultado de uma luta histórica pela independência. Além disso, a polarização entre o leste e o oeste da Ucrânia, com diferentes identidades étnicas e culturais, agravou as tensões internas. O governo pró-Occidente que assumiu o poder em Kiev em 2014 também gerou preocupações entre a população russa étnica, levando a um sentimento de marginalização e a um desejo de se separar da Ucrânia. Os desdobramentos, vistos acima, também impactaram no fator religioso, que é muito importante nessa equação.

Novikova (2015) aborda em seu trabalho, a religião ocupa uma posição complexa e ambivalente na ideia nacional ucraniana. Historicamente, a Ucrânia possui uma rica tradição cristã, que remonta a séculos atrás, e elementos religiosos têm desempenhado papéis importantes nos movimentos de libertação e nacionalistas ao longo de sua história. No entanto, como um estado pós-soviético, a Ucrânia também experimentou um período de secularização e ateísmo, o que levou a uma certa ambivalência e até mesmo confusão em relação à religião na sociedade ucraniana contemporânea (NOVIKOVA, 2015).

Conforme Jeffrey Mankoff e Alexei Miller (2018) apontam em seus estudos, o conflito armado na Crimeia e no Donbas teve um impacto significativo nas igrejas ucranianas, influenciando suas inclinações nacionalistas e aprofundando as divisões internas. A Igreja Ortodoxa Autocéfala da Ucrânia (UAOC) e a Igreja Ortodoxa Ortodoxa Ucraniana – Patriarcado de Kiev (UOC-KP) condenaram a violência e buscaram a reconciliação, embora tenham interpretado a responsabilidade pelo conflito de maneiras diferentes (MANKOFF; MILLER, 2018). A guerra com a Rússia também impulsionou uma tendência mais ampla de fiéis e congregações locais migrarem para igrejas com uma mentalidade mais nacionalista, como a UOC-KP, fortalecendo a identidade estatal ucraniana (MANKOFF; MILLER, 2018). Por outro lado, os separatistas apoiados pela Rússia buscaram modificar a paisagem religiosa

nos territórios ocupados, expulsando clérigos de outras denominações e apreendendo propriedades eclesíásticas (MANKOFF; MILLER, 2018).

A intensificação do sentimento nacionalista em decorrência do conflito desencadeou uma onda de apreensões de propriedades pertencentes à Igreja Ortodoxa Ucraniana – Patriarcado de Moscou (UOC-MP), o que colocou as autoridades ucranianas em uma posição delicada (MANKOFF; MILLER, 2018). As ramificações Igreja Católica Greco-Ucraniana (UGCC), UAOC e UOC-KP adotaram posições firmes contra a intervenção militar russa e a anexação dos territórios ucranianos, reforçando seu compromisso com a integridade territorial do país.

No entanto, a UOC-MP manteve-se dividida e cautelosa em suas declarações, evitando manifestar apoio à integridade territorial da Ucrânia e enfatizando sua neutralidade política e apoio à paz e reconciliação. Enquanto isso, a Igreja Ortodoxa Russa acusou as outras igrejas de promover um conflito religioso com o intuito de perturbar a unidade do Mundo Russo (MANKOFF; MILLER, 2018).

As principais denominações das igrejas ortodoxas ucranianas de rito oriental condenaram a anexação russa da Crimeia, alertando sobre as implicações não apenas para a Ucrânia, mas também para a paz na Europa. Durante o conflito, as igrejas também desempenharam papéis como participantes e vítimas, prestando apoio pastoral aos soldados e suas famílias, além de intercederem pelos prisioneiros de guerra.

No entanto, as igrejas enfrentaram perseguição e ataques por parte das forças russas e milícias apoiadas pela Rússia nas regiões ocupadas, resultando na destruição de propriedades religiosas e violência contra representantes das igrejas associados ao movimento nacionalista ucraniano (MANKOFF; MILLER, 2018).

Diante o exposto, Mikhail Suslov (2016) indica que a Ucrânia tem se tornado o principal desafio para a Igreja Ortodoxa Russa desde 1992, quando ocorreu a divisão da Igreja Ortodoxa Ucraniana em UOC-MP e UOC-KP (SUSLOV, 2016). Atualmente, a ROC enfrenta não apenas a questão do controle sobre suas paróquias na Ucrânia, mas também suas relações com o Estado russo, que foram cuidadosamente cultivadas ao longo das últimas décadas, proporcionando acesso privilegiado ao discurso hegemônico. A intervenção do Kremlin na Ucrânia, ignorando os interesses da ROC, evidenciou a limitação do papel reservado para a igreja nessa simbiose. Além disso, o projeto da "Holy Rus"¹⁸ também se mostra incapaz de oferecer uma narrativa

¹⁸ Segundo Suslov (2016), o conceito de "Holy Rus" (Rússia Sagrada) é "uma ideia que remonta à história e à cultura russas, sendo associado à identidade espiritual e religiosa da nação. Ele está enraizado na tradição ortodoxa russa e na crença de que a Rússia desempenha um papel especial e sagrado no plano divino/

atraente diante das aspirações ucranianas por valores liberais e seculares, o que pode desvalorizar os princípios morais e culturais únicos da civilização ortodoxa (SUSLOV, 2016).

Segundo Taras Kuzio (2022), os interesses da Igreja Ortodoxa Russa se misturam aos desígnios políticos do governo russo. Temas como identidade e nacionalismo tem status prioritários no discurso de Vladimir Putin, que tem na ROC uma mão amiga para lograr seus objetivos em seu entorno estratégico (KUZIO, 2022).

No contexto do conflito atual entre a Ucrânia e a Rússia, a Igreja Ortodoxa da Ucrânia desempenha um papel importante na identidade nacional e na resistência ucraniana. A igreja tem sido um símbolo de independência religiosa e nacional, fortalecendo o sentimento de união entre os ucranianos. Muitos ucranianos veem a Igreja Ortodoxa da Ucrânia como uma instituição que os protege contra a influência russa e apoia a soberania do país (KUZIO, 2022).

Além disso, a Igreja Ortodoxa da Ucrânia tem desempenhado um papel ativo na prestação de assistência humanitária e apoio pastoral às comunidades afetadas pela guerra na região leste da Ucrânia. Ela oferece apoio espiritual e material aos deslocados internos e às vítimas do conflito.

Em resumo, a Igreja Ortodoxa da Ucrânia desempenha um papel importante na resistência nacional e na identidade ucraniana frente ao conflito com a Rússia. Ela representa a independência religiosa e apoia a soberania da Ucrânia, enquanto a Rússia busca enfraquecer sua influência e promover a lealdade à Igreja Ortodoxa Russa (KUZIO, 2022).

2.2.2 O papel da Igreja Ortodoxa da Rússia no conflito

Uma análise mais profunda das nuances entre igreja e Estado na Federação russa sugere que houve contrastes entre a visão eclesial e o pragmatismo político de Vladimir Putin. O Euromaidan em Kiev, ocorrido em 2014, representou um desafio significativo para a Rússia e, conseqüentemente, para a Igreja Ortodoxa Russa e seu líder, o Patriarca Kirill. De acordo com Suslov (2016), a reação da Rússia ao Euromaidan incluiu a anexação da Crimeia, uma ação que foi amplamente condenada internacionalmente. A anexação da Crimeia também colocou a autopercepção da Igreja Ortodoxa Russa como uma igreja não apenas da Federação Russa, mas de todos os países em seu "território canônico" em rota de colisão com os planos políticos dos governantes da Rússia (SUSLOV, 2016). A partir desse momento, a Igreja enfrentou um dilema, pois seu papel como guardião da fé ortodoxa russa se entrelaçou com as ações políticas da Rússia, resultando em uma perda de autonomia e independência da instituição religiosa.

A atuação do Patriarca Kirill diante da anexação da Crimeia foi marcada por um posicionamento cauteloso e moderado. Através de declarações oficiais, a ROC evitou se aliar explicitamente aos combatentes pró-russos na Ucrânia, adotando uma postura mais distante e neutra em relação aos eventos que se desenrolavam. Essa posição contrastou com a propaganda anti-ucraniana veemente presente na imprensa e nas mídias sociais russas. Essa moderação por parte da Igreja Ortodoxa Russa revelou uma divisão interna, uma vez que as declarações oficiais divergiam da postura mais radical da sociedade e do governo russo, refletindo um afastamento dos desenvolvimentos ideológicos no país (SUSLOV, 2016; KUZIO, 2022).

A celebração do dia de festa de São Sérgio marcou um ponto de inflexão na postura da Igreja Ortodoxa Russa, dando início a uma nova e assertiva campanha ideológica. A interpretação oficial da igreja, que considera a Rússia como uma entidade religiosa e um "Principado da Mãe de Deus" (SUSLOV, 2016), levou intelectuais da ROC a enquadrar o conflito político e militar com a participação da Rússia como uma guerra religiosa. No decorrer de 2014, o metropolita Hilarion, braço direito do Patriarca Kirill, e o porta-voz da ROC, Vsevolod Chaplin, adotaram uma postura mais agressiva, atribuindo toda a responsabilidade pela crise aos "cismáticos" e aos uniatas, membros da Igreja Greco-Católica Ucraniana. Essa visão oficial da ROC sustentava que os inimigos da Rússia estavam utilizando a "teoria do caos controlado" para criar tensões nas fronteiras russas, e que os uniatas eram agentes políticos visando a separação da Ucrânia da Rússia (SUSLOV, 2016. p.143-144).

Essa retórica incisiva adotada pela ROC durante a celebração do dia de festa de São Sérgio marcou uma mudança significativa em sua postura. A interpretação oficial da ROC, que designa a Rússia como um "Principado da Mãe de Deus", levou a uma categorização do conflito político e militar com a participação russa como uma guerra religiosa. Liderados pelo metropolita Hilarion e pelo porta-voz Vsevolod Chaplin, a ROC culpou os "cismáticos" (UOC-KP e UAOC) e os uniatas pela crise, alegando que estavam agindo em conluio com inimigos externos para desestabilizar a Rússia. O Patriarca Kirill endossou essas acusações em uma carta enviada ao Patriarca Ecumênico e direcionou suas palavras ao público russo, ressaltando a suposta ameaça à Ortodoxia Russa e à Sagrada Rússia. Essas ações demonstram uma estratégia da ROC de mobilizar a fé e a identidade religiosa para influenciar a narrativa do conflito (SUSLOV, 2016).

A Igreja Ortodoxa Russa ainda desempenha um papel significativo no conflito entre a Rússia e a Ucrânia nos dias atuais. Através de sua estreita relação com o Estado russo ao longo da história, a igreja tem apoiado ativamente a posição russa no conflito, reforçando a identidade

rusa e promovendo a causa separatista na Ucrânia. A atuação da Igreja Ortodoxa Russa no conflito pode ser observada através de declarações públicas de líderes religiosos russos, como ante exposto, que expressou apoio à anexação da Crimeia pela Rússia e ofereceu suporte espiritual e material às comunidades pró-Rússia no leste da Ucrânia.

As justificativas religiosas utilizadas pela igreja para apoiar a Rússia no conflito envolvem argumentos de proteção aos fiéis ortodoxos, alegando que a Igreja Ortodoxa Russa tem a responsabilidade de proteger e preservar a identidade religiosa e cultural dos ortodoxos na Ucrânia. No entanto, é importante destacar que a atuação da Igreja Ortodoxa Russa no conflito tem sido controversa. Como fora demonstrado, muitos autores apontam que a igreja está se envolvendo em questões políticas e contribuindo para a escalada do conflito, em vez de promover a paz e a reconciliação.

Em meio a essas controvérsias, a atuação da Igreja Ortodoxa russa no conflito com a Ucrânia tem desempenhado um papel importante na promoção da agenda russa na região e na manutenção da influência russa na Ucrânia. No entanto, faz-se necessário salientar que as nuances religiosas, políticas e históricas do conflito sempre necessitarão de um olhar mais profundo, crítico e cauteloso, pois entre a fé a política sempre haverá um contexto multifacetado da realidade.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo analisar a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa, com foco nos conflitos da Geórgia e Ucrânia, e as complexas relações da ortodoxia nessas questões de política regional. Ao longo deste estudo, explorou-se diversos temas, desde a reafirmação geopolítica internacional da Rússia após o período de Putin até a percepção russa de democracia frente à hegemonia dos Estados Unidos na era George W. Bush. Além disso, examinou-se o papel da Igreja Ortodoxa em sua relação com a política externa russa, bem como a atuação da Igreja Ortodoxa na Geórgia e na Ucrânia.

Uma análise aprofundada sobre a Rússia pós-Putin revela um país em busca de se afirmar novamente no cenário geopolítico internacional. Após o colapso da União Soviética, a Rússia enfrentou desafios significativos para estabelecer sua nova identidade como nação e recuperar sua influência global. Nesse contexto, Vladimir Putin emergiu como uma figura política proeminente, consolidando seu poder e adotando uma abordagem assertiva em relação à política externa russa.

A ascensão de Putin ao poder desde o fim da URSS foi marcada por uma política externa que visava restaurar a grandeza e a influência perdidas da Rússia. A abordagem assertiva do governo russo em relação aos conflitos na Geórgia e Ucrânia pode ser entendida dentro desse contexto mais amplo. A Igreja Ortodoxa Russa desempenhou um papel fundamental na legitimação das ações do Estado, fornecendo uma base moral e religiosa para as decisões políticas.

A saga expansionista da OTAN desde o fim da URSS tem gerado tensões e rivalidades na região, afetando diretamente as relações entre a Rússia e os países vizinhos. A expansão da OTAN é vista pela Rússia como uma ameaça à sua segurança e soberania, levando a uma postura mais assertiva da Rússia em relação aos conflitos na Geórgia e Ucrânia. A Igreja Ortodoxa Russa tem desempenhado um papel significativo na promoção de uma narrativa nacionalista, reforçando a ideia de que a Rússia é uma civilização única e autônoma, distinta do mundo ocidental.

Durante a era George W. Bush, a percepção russa de democracia foi moldada pela hegemonia dos Estados Unidos. A busca por uma ordem mundial baseada nos princípios democráticos ocidentais, combinada com a interferência dos Estados Unidos em assuntos internos de outros países, gerou tensões entre as duas nações. A Rússia passou a considerar a democracia ocidental como uma imposição e uma ameaça a seus próprios interesses nacionais.

Nesse contexto, a Igreja Ortodoxa desempenhou um papel significativo como uma fonte de identidade e resistência cultural contra a influência ocidental.

Além da influência da Igreja Ortodoxa Russa, a Igreja Ortodoxa da Geórgia e da Ucrânia também desempenham papéis relevantes em seus respectivos países. A Igreja Ortodoxa Georgiana é uma instituição poderosa e influente, desempenhando um papel central na identidade nacional da Geórgia. Da mesma forma, a Igreja Ortodoxa Ucraniana é um ator importante na política e sociedade ucranianas, e sua relação com a Rússia tem sido uma fonte de tensão e conflito.

Os conflitos na Geórgia e Ucrânia têm implicações profundas para a segurança e estabilidade na região. A atuação da Igreja Ortodoxa nestes conflitos é complexa e multifacetada. Em alguns casos, a Igreja pode desempenhar um papel construtivo na busca pela paz e reconciliação, incentivando o diálogo e a compreensão entre as partes envolvidas. No entanto, em outros casos, a Igreja pode reforçar divisões e tensões existentes, alimentando narrativas nacionalistas e apoiando agendas políticas específicas.

É importante ressaltar que a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa não se restringe apenas aos conflitos da Geórgia e Ucrânia. A Igreja desempenha um papel fundamental na promoção da identidade cultural russa e na consolidação do nacionalismo. Ela é um dos pilares que sustenta a ideia de que a Rússia é uma civilização distinta, com valores e tradições próprios, separando-se do mundo ocidental. Essa visão se reflete na política externa russa, onde a Igreja Ortodoxa atua como uma força legitimadora das ações do Estado, especialmente quando se trata de questões envolvendo países vizinhos e a defesa dos interesses russos.

Além disso, os conflitos na Geórgia e Ucrânia destacam a importância das relações entre religião e política na construção e resolução de conflitos. A influência das instituições religiosas nas relações internacionais não deve ser subestimada, pois elas podem atuar como catalisadoras ou mitigadoras de tensões e desentendimentos. No caso da Igreja Ortodoxa, sua influência pode tanto agravar as divisões existentes quanto oferecer um espaço para o diálogo e a reconciliação. Compreender essas dinâmicas complexas e promover um maior engajamento entre os atores religiosos e políticos pode ser um passo importante para a construção de soluções duradouras e pacíficas para os conflitos na região.

Em suma, esta monografia buscou analisar a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa, destacando os conflitos na Geórgia e Ucrânia. Foi possível observar como a Igreja Ortodoxa desempenha um papel importante na formação da identidade nacional, na

consolidação do poder e nas decisões políticas na Rússia e nos países vizinhos. No entanto, é fundamental continuar a pesquisa nesse campo, explorando outras dimensões e contextos, a fim de aprofundar nossa compreensão dessas complexas interações e promover um diálogo mais construtivo entre os atores envolvidos. Diante disso, é essencial reconhecer a interseção entre religião e política, bem como as potenciais contribuições e desafios apresentados por essa dinâmica, a fim de promover relações internacionais mais estáveis, justas e pacíficas na região e além dela.

Em última análise, a influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa é um fenômeno complexo que requer uma análise detalhada e multidimensional. As dinâmicas geopolíticas, as aspirações nacionais, as relações internacionais e as interações religiosas desempenham papéis intrincados na determinação das políticas adotadas pela Rússia. Compreender esses fatores e sua interconexão é crucial para uma análise aprofundada da influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa.

À medida em que se avança o século XXI, é fundamental continuar a explorar as relações entre religião e política e seus efeitos na tomada de decisões políticas e nas relações internacionais. A influência da Igreja Ortodoxa na política externa russa é apenas um exemplo de como a religião pode moldar as ações de um Estado e sua interação com outros atores no cenário internacional. Por meio de pesquisas mais aprofundadas e diálogos construtivos, podemos desenvolver uma compreensão mais abrangente dessas dinâmicas complexas e, esperançosamente, promover uma cooperação pacífica e benéfica entre os países e as religiões do mundo.

REFERÊNCIAS

- BBC BRASIL. Entenda o conflito envolvendo Rússia e Geórgia na Ossétia do Sul. **BBC News Brasil**, 08 de agosto de 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080808_entenda_ossetia_cg. Acessado em: 02 de junho de 2023.
- BRAUN, Julia. Qual o papel da OTAN no confronto entre a Rússia e a Ucrânia? **BBC News Brasil**, 2 de março de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>. Acesso em: 02 jun. 2023
- CONROY, Kristina M. Semi-recognized States And Ambiguous Churches: The Orthodox Church in South Ossetia and Abkhazia. **Journal of Church and State**, v. 57, n. 4, p. 621-639, mar. 2014.
- DEYERMOND, Ruth. Disputed Democracy: The Instrumentalisation Of The Concept Of Democracy In Us-russia Relations During The George W. Bush And Putin Presidencies. **Comillas Journal of International Relations**, v. 2, n. 3, p. 28-43, mai./ago. 2015.
- ELENSKII, Viktor. Ukrainian Orthodoxy and the Ukrainian Project. **Russian Politics & Law**, v. 52, n. 4, p. 7-33, dez. 2014.
- EYAL, Jonathan. NATO's Enlargement: Anatomy of a Decision. **Royal Institute of International Affairs**, v. 73, n. 4, p. 695-719, out. 1997.
- FOLHA DE S. PAULO. Países ocidentais prometem defender Ucrânia de ameaças russas. 06 dez. 2021a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/paises-ocidentais-prometem-defender-ucrania-de-ameacas-russas.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- FOLHA DE S. PAULO. Olaf Scholz é escolhido como novo chanceler alemão. **Folha de S. Paulo**, 08 dez. 2021b. Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/olaf-scholz-e-escolhido-como-novo-chanceler-alemao.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- FOLHA DE S. PAULO. **Países Ocidentais Prometem Defender Ucrânia De Ameaças Russas**. 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/paises-ocidentais-prometem-defender-ucrania-de-ameacas-russas.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- GRDZELIDZE, Tamara. The Orthodox Church of Georgia: Challenges Under Democracy And Freedom (1990–2009). **International Journal for the Study of the Christian Church**, v. 10, n. 2-3, p. 160-175, mai/ago. 2010.
- HANKIN, Lorna. Guerra a Ucrânia completa 1 ano sem fim à vista; entenda o que mudou. **BBC News Brasil/BBC World Service**, 22 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp3zzz03eyyo>. Acesso em: 02 de junho de 2023
- KILP Alar; PANKHURST, Jerry G. Soft, Sharp and Evil Power: The Russian Orthodox Church In The Russian Invasion Of Ukraine. **Papers on Religion in Eastern Europe**, v. 42, n. 5, 2022.

KUZIO, Taras. **Russian Nationalism and the Russian-Ukrainian War: Autocracy-Orthodoxy-Nationality**. New York: Routledge, 2022.

LOPES, Raquel; TEIXEIRA, Matheus. Documentos apontam que Exército tentou driblar STF em julgamento sobre armas. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 08 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/documentos-apontam-que-exercito-tentou-driblar-stf-em-julgamento-sobre-armas.shtml>. Acesso em: 08 dez. 2021.

MANKOF, Jeffrey; MILLER, Alexei. Religion and Violence in Russia: Context, Manifestations, and Policy. **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, p. 233-262, 2018.

MANKOFF, Jeffrey. Back on the Offensive? The Former Soviet Union. In: MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2009.

MANKOFF, Jeffrey. Bulldogs Fighting under the Rug: The Making of Russian Foreign Policy. In: MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. 1ª Edição, Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2009. p. 53-98.

MANKOFF, Jeffrey. Contours of Russian Foreign Policy. In: MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. 1ª Edição, Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2009. p. 11-52.

MANKOFF, Jeffrey. Introduction: The Guns of August. In: MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics**. 1ª Edição, Rowman & Littlefield Publishers Inc, 2009. p. 1-10.

MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. Conclusion: The Complex Role of Religion in World Politics. In: MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. **Scriptures, Shrines, Scapegoats, and World Politics: Religious Sources of Conflict and Cooperation in the Modern Era**. University of Michigan Press, 2020. p.370-386.

MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. Religion and World Politics: An Integrated Theoretical Perspective. In: MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. **Scriptures, Shrines, Scapegoats, and World Politics: Religious Sources of Conflict and Cooperation in the Modern Era**. University of Michigan Press, 2020. p. 62-114.

MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. **Religion and World Politics—Theory and Evidence**. In: MAOZ; HENDERSON, Zeev; Errol A. **Scriptures, Shrines, Scapegoats, and World Politics: Religious Sources of Conflict and Cooperation in the Modern Era**. University of Michigan Press, 2020. p. 1-24.

MCGUCKIN, John Anthony. The Pilgrimage Of The Orthodox Through History. In: MCGUCKIN, John Anthony. **The Orthodox Church: An Introduction to its History, Doctrine, and Spiritual Culture**. Blackwell Publishing Ltd, 2008. p. 5-89.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, ago, 2014.

METREVELI, Tornike. An Undisclosed Story Of Roses: Church, State, And Nation In Contemporary Georgia. **The Journal of Nationalism and Ethnicity**, v. 44, n. 5 p. 694-712, set. 2016.

MEYENDORFF, John. **The Orthodox Church: Its Past and Its Role in the World Today**. New York: St Vladimir's Seminary Press, 1996.

NOVIKOVA, Katarina. **Part III: Memory, History and Tragedy**. In: LAARSE, Rob van der; CHERENKOV, Mykhailo N.; PROSHAK, Vitaliy V.; MYKHALCHUK, Tetiana. Religion, State, Society, And Identity In Transition: Ukraine. 1ª Edição. Oisterwijk: Wolf Legal Publishers (WLP), 2015, p. 261-298.

PAIN, Emil. The Second Chechen War: The Information Component. **Military Review**, Kansas, jul./ago. 2000.

SAKWA, Richard. **Putin: Russia's choice**. Oxon: Routledge, 2008. p.388.

SAKWA, Richard. Two Europes. In: SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: Crisis In The Bordlands**. I.B.Tauris & Co. Ltd, 2015. p. 28-43.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. 1ª Edição. Curitiba: Prismas, 2014.

SOARES, Pedro Gustavo Cavalcanti. Um Coeficiente Religioso Nas Teorias Das Relações Internacionais? Paradigmas, Teóricos E Soft Power. **Faculdade Damas – Caderno De Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 46-71, 2012.

SUSLOV, Mikhail. The Russian Orthodox Church and the Crisis in Ukraine. In: KRAWCHUK, Andrii; BREMER, Thomas. **Churches in the Ukrainian Crisis**. Palgrave Macmillan, 2016. p. 133-164.

TSYGANKOV, Andrei P. The Sources Of Russia's Fear Of Nato. **Communist and Post-Communist Studies**, v. 51, n. 2, p. 101-111, jun. 2018.

WAAL, Thomas de. Georgia: Nationalism and War. In: WAAL, Thomas de. **The Caucasus: An Introduction**. Oxford University Press, 2010. p. 131-166.

WAAL, Thomas de. Modern Georgia: Rebirth, Rose Revolution, and Conflict. In: WAAL, Thomas de. **The Caucasus: An Introduction**. Oxford University Press, 2010. p. 188-224.

WARE, Timothy. **The Orthodox Church**. London: Penguin Group, 1997.

ZIĘBA, Ryszard. The Ukraine crisis as the rivalry for spheres of influence between the West and Russia. **International And Security Studies**, n. 1, p. 115-132, 2017.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Daniel Pedro Almeida Marques do Curso de Relações Internacionais matrícula 2014/1.0043.0138-5 telefone: +5562 99993-5826 e-mail danielpedro.ri@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ENTRE A FÉ E A POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA ORTODOXA NOS CONFLITOS DA RÚSSIA COM A GEÓRGIA E A UCRÂNIA**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 22 de junho de 2023.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do(s) autor(es): Daniel Pedro Almeida Marques

Assinatura do professor orientador:



Nome completo do professor orientador: Danilo Alarcon